



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1052/12	DATA: 09/07/2012
INÍCIO: 15h28min	TÉRMINO: 19h34min	DURAÇÃO: 04h04min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h04min	PÁGINAS: 88	QUARTOS: 49

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FERNANDA PESSOA – Participante.
TÂNIA FÁTIMA GUERGEL NOBREGA – Ex-Deputada Estadual pelo Estado do Ceará.
MARIA ILNA LIMA DE CASTRO – Juíza Titular da 12ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
MÁRIO MAMEDE – Superintendente do Instituto de Previdência do Município – IPM.
ELIANA GOMES – Vereadora do Município de Fortaleza.
IVANA TIMBÓ – Delegada Titular da Delegacia de Combate à Exploração de Criança e Adolescente.
DEMITRI NÓBREGA CRUZ – Secretário de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza.
MAXIMIANO LEITE – Perito-Geral da Perícia Forense do Estado do Ceará.
HELENA CARVALHO – Coordenadora de Medicina Legal do PEFOCE.
JOATAN FREITAS – Assessor para a Política de Crianças e Adolescentes da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos do Governo do Estado do Ceará.
RUI AGUIAR – Gestor de programas do escritório do UNICEF, em Fortaleza.
DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO – Participante.

SUMÁRIO: Debate sobre diagnóstico não apenas à incidência de casos de exploração sexual, mas também a possibilidade ou a constatação da existência de redes e como elas atuam.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.
Há palavras ininteligíveis.
Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.



A SRA. APRESENTADORA (Bethrose) - Boa tarde, vamos dar início aos trabalhos da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, promovida pela Câmara dos Deputados.

Gostaria de chamar, para compor a Mesa, a Presidenta da CPI, Deputada Erika Kokay; a Relatora, Deputada Liliam Sá; os Deputados Federais da bancada cearense: Deputada Gorete Pereira, Deputado João Ananias; a Vice-Presidenta da Comissão da Comissão da Infância e Adolescência, Deputada Fernanda Pessoa; Deputada Patrícia Saboya, titular da Comissão da Infância e Adolescência.

Gostaria de chamar a Presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito, a Deputada Erika Kokay, para abrir a audiência pública. *(Pausa.)*

Gostaria de chamar a ex-Deputada Estadual, Tania Gurgel, Relatora da CPI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no Estado do Ceará, realizada no ano de 2005.

Gostaria de chamar o Desembargador Suenon Mota, Coordenador da Infância e Juventude da Comarca de Fortaleza; a Juíza Rita Emília de Carvalho, Coordenadora do Juizado da Infância e Juventude, da Comarca de Fortaleza; a Dra. Ilna Lima, Juíza Titular da 12ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. *(Pausa.)*

Gostaria de chamar para a Mesa também a Dra. Ivana Timbó, Delegada Titular da Delegacia de Combate à Exploração de Criança e Adolescente. *(Pausa.)*

Gostaria de chamar o Dr. Mário Mamede, Superintendente do Instituto de Previdência do Município, IPM. *(Pausa.)*

Gostaria de chamar a Vereadora Eliana Gomes, do Município de Fortaleza; o Dr. Demitri Nóbrega, Secretário de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza; o Dr. Maximiano Leite, Perito Geral da Perícia Forense do Estado do Ceará; Dra. Antonia Lima, Promotora Pública e Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará, o CEDCA, representante da Sra. Mônica Sillan; e o Secretário Executivo de Segurança Pública, Dr. Aloísio Carvalho.



E agora, para presidir esta audiência pública, a Deputada Erika Kokay.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu declaro aberta a presente reunião, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Nós gostaríamos de agradecer ao Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Roberto Cláudio, por ter autorizado e ter nos blindado com todos os recursos humanos e materiais necessários para que pudéssemos estar aqui realizando esta audiência pública.

Nós estamos aqui também com a presença da nossa Deputada Federal, pelo PSD do Rio de Janeiro, Deputada Liliam Sá, que é Relatora desta CPI. Temos aqui a Deputada Gorete Pereira, o Deputado Federal João Ananias, o Deputado Federal José Linhares, que são autores do requerimento que possibilitou que nós estivéssemos aqui, no dia de hoje.

Nós vamos fazer o seguinte procedimento — se todas e todos estiverem de acordo —, vamos conceder um prazo de 10 minutos para cada um dos componentes da Mesa, depois, nós abriremos para as pessoas que queiram se colocar possam fazê-lo por um período de 3 minutos.

Antes, porém, nós vamos, obviamente, passar a palavra, tanto para a Relatora, quanto para os Deputados que estão aqui, que são membros da CPI, aos quais nós agradecemos imensamente a oportunidade que nos deram de estarmos fazendo esta discussão em um Estado que tem um acúmulo, inclusive, no que diz respeito a investigações acerca do turismo e da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Temos aqui conosco, inclusive, a que foi Presidenta da CPI Mista que analisou a questão da exploração sexual.

Nós estamos aqui com o objetivo de estarmos traçando um diagnóstico. O diagnóstico não diz respeito apenas à incidência de casos de exploração sexual, mas também a possibilidade ou a constatação da existência de redes e como elas atuam. O diagnóstico que nós queremos estabelecer é o diagnóstico que diz respeito a que mecanismos o Estado tem para fazer o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.



Nós temos uma compreensão de que, ao estarmos enfrentando a exploração sexual de crianças e adolescentes, nós enfrentamos a desigualdade social, enfrentamos a desigualdade de gênero, nós enfrentamos a desigualdade adultocêntrica, nós enfrentamos a desigualdade étnica, porque exploração sexual significa, concentra e é tecida por uma série de outras violações e desigualdades neste País tão marcadas pelas casas grandes e senzalas, sejam reais ou sejam metafóricas.

E também nós temos uma compreensão de que é muito importante que nós tenhamos um aumento do número de denúncias. Estamos tendo isso. Isso é uma tendência crescente. E a gente vê, de forma muito nítida a partir dos dados do Disque 100, mas que apenas denunciaram.

Denunciar é muito importante, porque ele é sintoma primeiro de que a sociedade se sente responsável por nossas crianças e nossos adolescentes. Que os direitos humanos de crianças e adolescentes adentram o universo doméstico, adentram e invadem a percepção da própria sociedade. E é também muito importante, porque significa uma desnaturalização e uma retirada da normalidade ou dessa naturalização imposta à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Mas achamos que precisa avançar para além da própria denúncia. Nós temos que trabalhar, na perspectiva de promover o atendimento a essas crianças e adolescentes vítimas de exploração de sexual ou com ferimento na sua dignidade sexual, no seu direito sexual a uma sexualidade correspondente à sua etapa, à etapa da sua própria vida. E é preciso responsabilizar aqueles que utilizam a exploração sexual como mecanismo de empregar nossas crianças, roubar a infância e lucrar com isso.

Para além disso, nós temos três focos nesta CPI, que é o foco de trabalharmos com as cidades e os Estados que receberão os grandes eventos, porque cremos que há um recrudescimento da exploração sexual e do turismo sexual com os grandes eventos.

O Brasil vai sediar grandes eventos esportivos, e nós achamos que é preciso se preparar para isso. E se preparar não é preparar apenas a sua infraestrutura



hoteleira ou aeroportuária; enfim, preparar significa proteger nossas crianças e nossos adolescentes.

Trabalhar com os locais onde têm as grandes obras. Nós queremos construir um novo marco legal, para que a licença socioambiental não seja só ambiental, ela seja uma licença também social e que os direitos da criança e adolescentes sejam preservados, nos Estados ou nos municípios que recebem grandes obras.

Nós temos dados, como em Jirau e em Santo Antônio, Municípios do Estado de Rondônia, onde há um aumento dos casos de estupros em mais de 200%. É óbvio que é preciso considerar que houve uma mudança na própria legislação, mas o número de gravidez precoce na adolescência foi aumentado por volta de 25%.

É preciso também trabalhar com as fronteiras, que é outro objetivo e outra estratégia de funcionamento desta CPI.

Então, portanto, nós estamos com esse objetivo e com esse escopo de trabalhar o diagnóstico. Mas um diagnóstico que vai dizer como é que estão nossas crianças e adolescentes no Orçamento, como estão nossas crianças e nossos adolescentes no Poder ou no Estado.

O Estado, num processo de responsabilização, funciona em cadeia. Nós sabemos da dificuldade do funcionamento do Poder Judiciário, quando não temos boas estruturas para elaborar inquéritos robustos. E nós sabemos que, quando não há prioridade em criança e adolescente, nós não temos as estruturas azeitadas o suficiente para que possamos fazer este nível de enfrentamento, como já foi falado, de muitas formas de desigualdade.

Então, portanto, nós gostaríamos de dizer que estamos muito felizes de estar aqui no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, para que possamos também estar contribuindo neste diagnóstico.

Nós sempre gostamos de estar conversando com os representantes do Poder Executivo — com o Governador e queremos também conversar com a Prefeita —, para que nós possamos fazer esta discussão, porque achamos que as políticas públicas são absolutamente fundamentais, sejam no ponto de vista da reparação do direito, da promoção e da reparação.



Políticas públicas são absolutamente fundamentais. E políticas públicas, eu diria, antes de a criança estar protegida na vida ela tem que estar protegida no Orçamento e na compreensão do Poder Público do Estado no tocante à importância do que está previsto na nossa Constituição, que é absolutamente fundamental para que possamos construir, não o futuro, mas um presente, onde nós possamos ter o reconhecimento humano absolutamente pautado e não nos acostumemos com o roubo da infância, com a infância usurpada, com a infância ultrajada, ou com a adolescência sem condições objetivas de se desenvolver.

Então, para dar continuidade à nossa audiência, eu vou passar a palavra para nossa Relatora; em seguida, eu passo para os nossos Deputados, que são autores desta iniciativa, e para os componentes da Mesa.

A Relatora, depois da fala dos componentes da Mesa, tem prioridade para poder fazer as suas perguntas ou as suas colocações — colocações e perguntas necessárias para dar condições ao seu próprio parecer. E nós vamos abrir de novo a palavra para os Deputados, em seguida, para as pessoas que aqui estão presentes, para que possam se colocar e, em seguida, vamos caminhar para o encerramento.

Então, com esse procedimento, se todos e todas estiverem de acordo, nós vamos, então, imediatamente, passar a palavra para nossa Relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito que discute e investiga o turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes, a nossa Deputada Liliam Sá, que é do PSD do Rio de Janeiro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Boa tarde a todos. Boa tarde. Olha, estou muito feliz de poder estar nesta terra maravilhosa. Eu falei para a Deputada Gorete Pereira: *“Deputada, o único lugar que eu troco o Rio de Janeiro para morar seria aqui em Fortaleza.”* É uma cidade maravilhosa e quero parabenizar esse povo pela recepção calorosa e essa felicidade, que é o povo cearense, que tem esse calor humano, o sorriso sempre. É igual ao carioca. Então, a gente sente muito feliz de estar aqui.

Eu quero cumprimentar os Deputados que nos receberam para esta audiência com muito carinho: o Deputado João Ananias; a Gorete Pereira, que teve a iniciativa



de fazer essa audiência pública, trazer a CPI para este Estado; o José Linhares; o Mauro Benevides.

E também cumprimentar a Deputada Bethrose, que aqui se encontra; a Deputada Fernanda Pessoa; a Deputada Patrícia Saboya, a nossa eterna Senadora, que lutou tanto na CPMI, foi uma das autoras e Presidenta da CPMI, e, com seu trabalho tão importante, colocou mais de 200 pessoas indiciadas presas.

Nessa rede de exploração sexual, foram detectadas essas pessoas e, com trabalho que elas desenvolveram com a nossa Ministra do Direitos Humanos, Maria do Rosário, elas conseguiram avançar muito nessa questão. E hoje em dia nós estamos aí discutindo, mas vemos que, nos Estados, muita coisa mudou.

Estamos, como disse a nossa Presidenta aqui, buscando das autoridades locais, em cada Estado, o comprometimento e Orçamento, não é isso, Presidenta? Buscando das autoridades o comprometimento de a criança e o adolescente serem prioridades.

Porque não adianta a gente ficar aqui a vida inteira — isso foi em 2004 que aconteceu a CPMI, nós estamos agora com a CPI novamente — e continuar na mesma coisa, falando que a criança e adolescente é prioridade, que criança e adolescente precisa ser respeitado nos seus direitos, e a coisa não acontece por quê? Os Governos não estão comprometidos com a criança e o adolescente. Os investimentos e os Orçamentos não são direcionados para a questão da criança e do adolescente.

Nós tivemos, hoje, pela manhã, com a Dra. Maria Inna, e ela estava pedindo até que a gente pudesse ver essa questão — falar com o Governador, amanhã vamos ter uma audiência — do Orçamento para a Delegacia de Combate à Exploração da Criança e Adolescente.

É uma delegacia que faz um excelente trabalho. A delegada está aqui presente conosco. E eu até elogiei, porque, de todas as delegacias que eu conheço, até a minha do Rio de Janeiro, que é uma delegacia que trabalha precariamente... Nós estivemos na delegacia de Natal, não é isso? Lá, os policiais se juntaram,



fizeram vaquinha para aparelhar a estrutura da delegacia e receber as crianças. Isso é um absurdo.

Então, nós até parabenizamos, que é uma das melhores. Imaginem as outras. Se vocês acham que essa está ruim, imaginem as outras onde nós passamos.

Então, nosso comprometimento é este: levantarmos essas redes. Nós sabemos que as redes elas se reorganizaram. Hoje, o Dr. Francisco Carlos estava conversando conosco pela manhã e ele falou que agora eles estão alugando casas, *flats* para fazer encontro com essas crianças. E eu perguntei para ele: *“Olha, Doutor, e aí? A Polícia Federal está tomando que providências? O que está se fazendo em relação isso? Porque não é primeira vez, num Estado, que a gente recebe esse tipo de denúncia.*

Então, as redes estão se reorganizando. Então, nós precisamos identificar essas redes e combatê-las. E elas trabalham agora de uma outra forma: pela Internet.

Então, nós estamos aqui trazendo para vocês o nosso compromisso, que é o compromisso de buscarmos o auxílio e o comprometimento das autoridades, de levarmos a proposta de cada Estado para a Câmara Federal, para que possamos discutir e ver onde estão falhas, para que possa sair até projetos de lei em relação a isso, ouvir as questões desse Estado, para que a gente possa aperfeiçoar, cada vez mais, a nossa CPI e até pensar em uma outra forma de podermos avançar nas políticas públicas em relação à criança e ao adolescente.

Então, eu quero agradecer essa oportunidade de podermos estar aqui e parabenizar também a Câmara de Vereadores pela CPI. E eu gostaria até de ter em mãos o relatório final, que foi entregue para o Ministério Público Estadual, para que a gente possa identificar. Porque o relatório final diz que essas redes... foram 74 pontos de exploração que foram detectados pela CPI e eu quero saber... Nós queremos saber se essas pessoas continuam trabalhando com alvará ainda, porque está dizendo que foram hotéis, restaurantes, bares. Que tipo de punição essas pessoas sofreram. E nós queremos acompanhar o relatório com mais profundidade. Então, são essas as minhas palavras. E quero ouvir, principalmente, a Relatora da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que entregou o relatório



agora no mês de março e fez um excelente trabalho. Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, agradeço à Deputada Liliam Sá e passo a palavra para o nosso Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Bom, boa tarde a todas e a todos. É uma alegria muito grande nós estarmos aqui. Sobretudo, eu diria que o nosso Deputado João Ananias e a Deputada Gorete Pereira sentem-se... sentimo-nos, eu, ele e a Gorete, honrados pela presença da Presidenta e da Relatora desta nossa Comissão. Eu peguei aqui a cartilha e vi uma frase muito contundente: "*As grandes dores são sempre mudas*". Então, nós estamos aqui hoje de uma maneira para ouvirmos mais a vocês, porque nós estamos, lá na Câmara Federal, tentando traçar um perfil da realidade desta opressão que é feita à criança e ao adolescente. Eu queria fazer um destaque especial, porque está aqui presente conosco a minha querida Patrícia, lá da minha terra, e que fez um trabalho extraordinário quando presidiu, no Senado Federal, uma Comissão semelhante à nossa. Além desse diagnóstico, é interessante também que este perfil seja bastante objetivo, para que nós possamos levar, como dizia a Erika, à criação de políticas públicas. Na minha concepção, eu penso que nós temos que começar daquilo que nós chamamos a base fundamental. Se nós não reestruturarmos as nossas famílias, se nós não dermos às nossas famílias os valores, resgatarmos esses valores que outrora dirigiam os nossos passos, se nós não fizermos um controle da mídia — a mídia, muitas vezes, é a grande incentivadora de todo esse processo —, se nós não colocarmos, eu diria, como prioridade na educação, este nosso trabalho, que naturalmente vai ter algum efeito, não terá o efeito que todos nós esperamos. A minha palavra final seria que nós do Ceará, como nós do Brasil, já que estamos na Câmara Federal, temos que fazer uma grande convocação nacional. Essa convocação começa chamando todos os segmentos, não só o segmento oficial, público, os nossos governantes, os nossos Deputados, o nosso Judiciário, mas chamar as famílias, porque eu acho que todos esses problemas, as pessoas que são vitimizadas são as grandes prejudicadas no processo. É uma tristeza a gente ver uma criança... Hoje, pela manhã, quando nós estávamos ouvindo a palavra, que estava muito bem centrada, da nossa Delegada, ela falava em crianças de 10 anos,



de 11 anos. Quer dizer, não tiveram infância, morreram antes de nascer. Então, que essa convocação fique aqui também assestada e comprometida conosco, cearenses, para que a gente possa debelar esse grande mal. Uma boa tarde e um bom trabalho para todos nós. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradeço ao Padre José Linhares, que tanto tem contribuído conosco na construção desta CPI, e passar a palavra para o nosso Deputado também aqui do Estado do Ceará, João Ananias, que também contribui na construção desta CPI sendo membro dela.

O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS - Boa tarde a todas e a todos.

Quero primeiro saudar aqui a nossa Presidenta da Comissão, Deputada Erika Kokay, que volta ao Ceará dela — ela é daqui, nasceu aqui, está lá emprestada no Distrito Federal, fazendo um grande trabalho, uma grande Parlamentar; eu convivo diariamente com ela e com a Deputada Liliam Sá, do Rio de Janeiro, são bravas companheiras não só nas questões da criança e do adolescente, mas, de modo geral, nas questões que afligem o povo brasileiro, que são muitas.

Quero saudar e dar boas-vindas a elas duas, a Deputada Bethrose, autora também aqui do requerimento, a Deputada Fernanda Pessoa, a Deputada Patrícia, ex-Senadora, que teve um trabalho importante quando presidiu a CPMI que gerou frutos importantes para o Brasil, sem dúvida nenhuma; a Deputada Tania Gurgel, que também fez aqui um trabalho na CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado, em 2005; a Dra. Maria Ina, juíza com quem nós estivemos lá hoje; o Deputado Mário Mamede; a Vereadora Eliana Gomes, da Prefeitura de Fortaleza e Relatora; o Deputado Mário, pela atuação histórica dele, nesse campo, aqui na Assembleia com vários mandatos; inclusive foi da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, militou e milita na causa dos direitos humanos. Essa questão é uma afronta grotesca aos direitos humanos, antes de tudo.

O Demitri Nóbrega, da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura; a Dra. Ivana Timbó; o Sr. Maximiano, Perito Geral, e a Dra. Ivana, Delegada, com um trabalho extremamente profícuo nessa área, reconhecido por todos, na sociedade cearense.



Rapidamente, já foi colocado qual é o objetivo da vinda da CPI, oficialmente, ao Ceará. A gente pode ver: CPI, em 2005; CPMI, no Congresso Nacional; CPI atual; CPI da Câmara de Vereadores. Por que tanta CPI? Porque o assunto é pródigo, porque os casos estão a se repetirem, porque não cessou, não diminuiu. Pelo contrário, se a gente observar a estatística no Brasil de denúncias no ano já de 2010, ou 2012 melhor dizendo, é uma coisa surpreendente a quantidade de denúncias, fora aquelas que não são sequer denunciadas.

Então, é um assunto que é um desafio à decência, à dignidade. Essa confusão entre liberdade sexual e abuso. Liberdade é absolutamente diferente da forma como querem tratar; uma verdadeira profanação ao direito mais sagrado da mulher, ao direito mais sagrado da criança e do adolescente, que é motivo de traumas irreversíveis; traumas psicológicos irreversíveis. Além das questões gravíssimas do ponto de vista físico, há outras questões muito graves.

Portanto, acho que é fundamental que nós — quando eu falo, somos nós, Deputados —, enquanto sociedade, façamos um cerco a essa questão. Porque é uma coisa absolutamente intolerável. Quer dizer, na medida em que o ser humano avança na tecnologia, na medida em que o ser humano tem mais conhecimento a seu dispor, a gente assiste também, concomitantemente, o crescimento de um crime, seja de abuso, seja pela exploração — não sei qual o pior. Os dois são horrendos. A gente assiste a isso paralelamente junto com uma sociedade que acaba de descobrir a partícula de Deus.

A ciência acaba de anunciar — aqui pedindo reservas, *data venia*, ao Padre José Linhares — a história da partícula de Deus. Não sei se ele acredita que foi descoberta. (*Risos.*) Nós não vamos por aí, não.

Bom, quero dizer que esta CPI tem um papel, Deputada Erika, de congregar o que foi feito, que não perdemos de vista. Tem muita coisa aí, pra Deputada Patrícia contribuir, pra Deputada Fátima Gurgel e tantos outros, para que nós possamos encontrar uma forma. Se a nossa CPI não encontrar uma fórmula de ajudar a prevenir isso, eu acho que ela perde um pouco a sua razão, porque, na realidade, é preciso que possamos contribuir com isso.



É aumentar as penalidades? De que forma nós podemos atuar para que nós possamos diminuir isso? Reduzir, acabar vai ser difícil no estágio em que nós estamos, mas, pelo menos, minorar. O que nós temos que fazer, ficar repetindo as CPIs? Eu acho que é fundamental, que esta CPI vai ter elementos fundamentais, porque ela faz um apanhado de tudo o que está acontecendo, o que aconteceu, o que está acontecendo no Brasil, de bom e as falhas, as faltas de estruturas. ao direito mais sagrado da

Hoje nós vimos, por exemplo, no Estado do Ceará, que a Doutora Ilna faz um trabalho junto com o Promotor, Dr. Carlos — não por estarem presentes, não; aqui não se trata de elogio barato —, um trabalho realmente fantástico. Especificaram a 12ª Junta específica para crimes, de cunho sexual contra crianças e adolescentes, abuso e exploração, quer dizer, tirando os outros para outras varas. Mas o interior do Estado? No interior do Estado, a gente tem visto coisas assim absurdas.

Eu hoje, até lá dei o exemplo: mães que assistem os pais, pais legítimos, abusarem de quatro filhas dentro de casa e não denunciarem, a mãe não denunciar porque ela é, como ela própria disse, dependente financeiramente e é oprimida, tem medo da violência do marido.

Portanto, são coisas tão graves e nós precisamos realmente botar a mão na massa e tentar buscar soluções, mas soluções enérgicas, enérgicas pra isso, porque isso é intolerável para o estágio de desenvolvimento que nós vivemos, no nosso Estado, Ceará, e no nosso Brasil.

Portanto, quero agradecer, Deputada Erika, a sua vinda e a da Deputada Liliam, da Deputada Gorete, do Deputado Padre José Linhares, que vieram, que estão no dia a dia lá e a todos os demais que aqui estão para tentar contribuir com esta CPI como um instrumento realmente de buscar soluções contra esse malefício, esse câncer da nossa sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado João Ananias.



A Deputada Gorete teve um problema para resolver. Tão logo ela chegue, nós vamos passar a palavra para ela, mas vamos, então, dar início à escuta dos Parlamentares federais, dos membros da CPI, dos convidados para esta audiência pública.

E, para que nós possamos começar essa escuta, passo a palavra, neste momento, à Deputada Bethrose, que é Presidenta da Comissão de Infância e Adolescente da Assembleia Legislativa do Ceará.

A SRA. BETHROSE - Boa tarde a todas e a todos.

Como Presidente da Comissão da Infância e Adolescência desta Casa e, em nome da Assembleia Legislativa, queremos dar as boas-vindas aos Deputados Federais e às Deputadas federais que compõem a CPI da Exploração Sexual, como a Presidente Deputada Erika Kokay, a Relatora da CPI, a Deputada Liliam Sá, o Deputado Federal João Ananias, o Deputado Federal José Linhares; a Vereadora, gostaria de cumprimentar, Eliana Gomes, a ex-Deputada Estadual Tania Alves; a Delegada Dra. Ivana Timbó; o Perito-Geral da Perícia Forense do Estado do Ceará, Dr. Maximiano Leite; a Vice-Presidente da Comissão da Infância e Adolescência, Deputada Fernanda Pessoa; o Secretário de Direitos Humanos do Município de Fortaleza, Dr. Demitri; a Juíza Dra. Ilna, da 12ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; a Deputada Patrícia Saboya; e o Dr. Mário Mamede, Superintendente do IPM.

Gostaria de dizer da grande relevância do papel social de todos os Deputados que estão aqui na CPI e de ressaltar a importância de a CPI sair dos gabinetes e auditórios de Brasília e do Congresso Nacional e vir aos Estados acompanhar esse problema de perto. Gostaria de parabenizar principalmente a nossa bancada cearense e de agradecer também a presença de todos os demais, pois se estão aqui é porque lutam para garantir o direito das nossas crianças e adolescentes, portanto merecem nosso respeito e admiração.

Devemos dizer inicialmente que a Assembleia Legislativa, por meio da Comissão da Infância e Adolescência, vem cumprindo o seu papel no combate ao abuso, à exploração sexual no Estado. Recentemente, nós concluímos a campanha



regional Quem Cala, Consente — Violência Sexual contra Criança e Adolescente é Crime.

Essa campanha percorreu, através de seminários, todas as regiões do Estado, contemplando 183 Municípios cearenses no período de 1 ano, formando 6 mil multiplicadores, entre autoridades do Poder Público, representantes das entidades da sociedade civil, conselheiros tutelares, conselheiros de direitos, educadores, pais, estudantes da escola pública, e no total participaram 490 escolas do Estado do Ceará.

Os eventos levaram, de forma didática, e com linguagem de fácil compreensão, a mensagem do combate ao abuso, à exploração sexual de crianças e adolescentes, sempre com especialistas falando sobre os aspectos físicos, psicológicos, sociais e jurídicos desse problema que, infelizmente, ainda atinge tantas e crianças e adolescentes em nosso Estado e em nosso País.

Após o término da campanha foi realizada uma grande audiência pública, ocasião em que foi prestado conta dos objetivos alcançados, bem como foram detectados os principais problemas, como a insuficiência do CREAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, e de delegacias especializadas para atender toda demanda do Estado, e a ausência de um programa estadual que possa oferecer alternativa para meninos e meninas em situação de exploração sexual, como profissionalização ou transferência de renda.

Em face dos problemas detectados nessa audiência pública realizada pela Comissão, no dia 22 de maio, foram realizados os seguintes encaminhamentos: implantação de delegacias especializadas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em 4 microrregiões do Estado — Juazeiro do Norte, Iguatu, Crateús e Sobral —; ampliação do número de delegados e da quantidade de CREAS; fortalecimento dos Conselhos Tutelares; implantação de delegacias plantonistas; e a solicitação de anexar o documento da Oficina Exploração Sexual e Grandes Obras, realizada em Porto Velho, em agosto de 2011.

Dentro da problemática do abuso e da exploração, há vários aspectos que nos preocupam, porém queremos aproveitar esta oportunidade para destacar a



relação da exploração sexual com as grandes obras em construção no País, principalmente as que estão ligadas à realização da Copa do Mundo em 2014.

Estudos e levantamentos recentes, feitos por entidades que atuam na área, revelam a situação de vulnerabilidade social à qual estão submetidas as comunidades que estão recebendo essas grandes obras, e, principalmente, a falta de planejamento por parte do Poder Público está potencializando a prática deste crime. Há um claro descompasso entre a realização de obras e a realização de programas e projetos sociais voltados a mitigar os impactos causados. De maneira que os trabalhos de uma CPI como esta é uma oportunidade ímpar de nós aprofundarmos o debate a respeito do assunto, acolhermos todas as sugestões e propostas já traçadas e buscarmos garantir o cumprimento das metas por parte do Poder Executivo, e, claro, elaborarmos um amplo diagnóstico a respeito da temática em todo o País.

E o primeiro passo para garantirmos uma condição de vida plena a todas as nossas crianças é deixarmos todas a salvo de qualquer tipo de agressão física e mental, que envolve, invariavelmente, a questão do abuso e da exploração sexual infantojuvenil. Por isso, é tão importante trabalharmos para erradicar este crime.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer à Deputada Bethrose, que é Presidenta da Comissão da Infância e Adolescência. Eu pediria que ela pudesse passar a fala depois, e passar a palavra para a Deputada Fernanda Pessoa, que é Vice-Presidenta da Comissão da Infância e Adolescência da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

A SRA. FERNANDA PESSOA - Boa tarde a todos. Queria aqui cumprimentar a Deputada Erika Kokay, Presidente da CPI; a Deputada Liliam Sá, Relatora; os Deputados Federais João Ananias, José Linhares, a Deputada Gorete Pereira. Queria cumprimentar também aqui a Deputada Bethrose, Presidente da Comissão; a Deputada Patrícia Saboya; a ex-Deputada Tania Gurgel; a Dra. Maria Ina Lima de Castro, a Juíza Titular da 12ª Vara; a Vereadora Eliana Gomes; Mário Mamede, Superintendente do Instituto de Previdência do Município; Demitri Nóbrega Cruz, Secretário de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza; Ivana Maria



Timbó Pinto, Delegada Titular; e Maximiano Leite Barbosa Chaves, Perito Geral da Perícia Forense.

Hoje, a Câmara Federal, a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal estão trabalhando juntas no mesmo propósito: combater a exploração sexual de crianças e adolescentes. Como é de conhecimento das Sras. e dos Srs. Parlamentares, estamos desenvolvendo a rede de proteção de serviços com eficácia. Crescemos à medida que o ECA vai ganhando espaço nas rotinas das famílias e das cidades, não ainda na velocidade ideal, mas com conquistas graduais. A meta sempre é respeitar as nossas crianças e os nossos adolescentes, sujeitos de direitos.

Quando se trata de exploração sexual, enfrentamos uma das mais sórdidas negações à cidadania. Em geral, a exploração sexual advém do abuso; sempre andam juntos. Estamos falando de presença, de toques, de ameaças, enfim, de um submundo que não destrói completamente, deturpa a inocência, o sonho e os valores sociais de uma criança, que não sabe ainda o que é certo e o que é errado, o que é verdade, o que é engano. À medida que seu horizonte, enquanto pessoa, se expande, mais excluída ela se sente. Neste ciclo, formam-se homens e mulheres que sustentarão e nortearão Fortaleza, o Ceará, o Brasil e o mundo.

Não devemos pensar que a luta está centralizada no agressor. São muitas as agressões. É uma sociedade que ainda insiste em herdar preconceitos de que crianças são miniaturas de adultos. De que crianças não têm direito à expressão. Que crianças e adolescentes mentem e inventam sobre o que dizem. De que para sobre as famílias o silêncio diante da denúncia e do grito que isso significa para se ter uma reestruturação.

Quando olhamos para os casos nas estatísticas e deduzimos uma infinidade que ainda vai chegar aos olhos do poder público é que louvamos iniciativas como esta. Queremos diagnosticar as vítimas, os agressores. Queremos qualificar os equipamentos de repressão e prevenção à exploração sexual infantojuvenil. Daí a visita hoje à nossa unidade de Delegacia de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.



A mobilização nesta Casa também se harmoniza com o grande trabalho aqui realizado com a Campanha Quem cala, consente, como falou a Deputada Bethrose. De muita importância, o engajar do Congresso Nacional com esse problema. Porque o olhar é direcionado para o entorno das BRs, das nossas praias. Mas eles estão nas ruas, nas esquinas de nossas casas, entre todas as classes sociais, pelas mais variadas razões. Encontramos casos de exploração por determinação dos pais, encontramos casos em que as vítimas nem sequer sabem quem são seus pais. Temos meninas e meninos que sonham com dias melhores. Outros já não têm qualquer esperança em si e no seu entorno.

Evitar, portanto, que meninos e meninas tenham a rota de suas histórias modificadas é uma das missões mais urgentes do poder público contemporâneo, razão pela qual estamos todos juntos neste momento. Dar condições sociais dignas para as famílias é acabar com câncer da sociedade brasileira. Até lá, nesta empreitada, nós vamos atuar em cada vítima, buscaremos dar atenção, compreensão e esperança. Vamos prepará-los para, de desassistidos, tornarem-se exemplos de superação, de cidadãos e cearenses reconhecidos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer a Deputada Fernanda Pessoa e passar a palavra para Deputada Patrícia Saboya. (*Pausa.*)

Bom, como ela não está no momento na sala, vou passar, então, para a Relatora da CPI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará, que foi realizada no ano 2005, na época Deputada Estadual pelo Estado do Ceará, nossa querida Tania de Fátima Gurgel Nóbrega.

A SRA. TANIA DE FÁTIMA GURGEL NÓBREGA - Boa tarde, pessoal.

(*Manifestação no plenário.*)

A SRA. TANIA DE FÁTIMA GURGEL NÓBREGA - Agora melhorou.

Eu queria fazer uma saudação à Mesa na pessoa da Deputada Erica Kokay, que preside aqui a Comissão. Não vou repetir todos os nomes. Eu acho que vocês



entendem, a razão do tempo, e já foram, acredito, todos citados. Mas quero fazer também uma saudação muito especial ao público que está aqui conosco, os servidores, as ONGs, a representação da UNICEF, aqui o Rui, enfim, a todos vocês que estão aqui conosco também neste momento.

Eu fui convidada para vir aqui hoje para falar um pouco sobre a relatoria da CPI que a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará fez no período de abril a dezembro de 2005, uma relatoria que foi feita com muita garra, muita determinação. E hoje, passados aí já praticamente 7 anos, eu vejo como eu sou corajosa, porque naquele tempo, 7 anos atrás — e acho que a Eliana e todos nós que estamos aqui compreendemos o que significa uma CPI —, e no momento em que nós tivemos casos em que ainda hoje se fala. E aqui eu digo: *“Meu Deus, o que é que eu vou dizer?”* Com o relatório que a gente tem, um relatório onde foram colocados, onde nós ouvimos, nós admitimos 62 denúncias. De uma quantidade imensa de denúncias que recebemos, admitimos 62, e 15 se transformaram em processos, e muitos desses processos ainda estão em andamento ou em algum local que a gente não sabe realmente o resultado.

Então, é importante também que a gente possa aqui, enquanto pessoas públicas e, acima de tudo, que defendem com unhas e dentes, como se diz aqui no Ceará, os direitos realmente das crianças e dos adolescentes. Já temos aí, eu acho, se não me engano, 22 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente, e ainda convivemos com situações dessa natureza.

Embora eu tenha também um lado positivo de que nós já avançamos. Na verdade, nós avançamos muito na questão das políticas públicas, mas ainda temos muito que avançar, para que a gente não possa, como já foi dito aqui por algumas pessoas que falaram anteriormente a mim, sempre estar fazendo CPIs, relatórios e mais relatórios, e as pessoas, as autoridades — porque no Estado do Ceará continua tendo autoridades que cometem os mesmos atos que cometiam em 2005.

Então, é preciso que a gente tenha a clareza de que a CPI tem papel político fundamental, mas ele precisa também ter um papel, vamos dizer assim, de resposta à sociedade, de resposta a essas crianças e a esses adolescentes que continuam sendo vítimas do abuso e da exploração sexual no Estado do Ceará.



Muita coisa tem sido feita. A Assembleia Legislativa tem feito, o Governo do Estado tem feito, as Prefeituras Municipais têm feito também, toda essa política de assistência social que está posta aí, aqui mesmo no grupo tem técnicos da área, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, tem técnicos da Prefeitura de Fortaleza, mas é preciso que a gente compreenda que enquanto nós não tivermos uma relação muito clara de uma política pública bem definida, que a gente compreenda que tudo que já está, vamos dizer assim, colocado já que o diagnóstico feito e colocado em todos esses relatórios precisam, na verdade, que todos os atores, seja do Executivo, do Judiciário, seja da sociedade civil, precisamos estar vigilantes a tudo isso para que a gente possa ter um resultado satisfatório nesse trabalho, porque não é fácil ser Relator ou Presidente de uma CPI.

Não é fácil, principalmente aqui no Estado do Ceará, que é sobre o que posso falar. A gente se depara com muitas dificuldades, mas foi um trabalho de extrema importância. E eu acho que, de uma certa forma, eu queria propor à Comissão a entrega do relatório, eu trouxe uma cópia do relatório que consta tudo —, tudo, tudo, tudo —, tanto uma análise técnica das políticas públicas. Tem propostas também de políticas públicas e tem a relatoria de cada denúncia, de cada contexto, de cada situação. E se vocês, que têm uma equipe maior, da CPMI, entrarem na Internet, porque hoje tem toda essa questão que facilita a compreensão de como andam os processos, eu tenho a impressão de que vocês vão encontrar processos de 2005 ainda sendo analisados.

Então, eu acho que a entrega do relatório é uma coisa importante aqui para toda a CPI da Câmara Federal, e nos colocamos à disposição de vocês. Acho que ouvi também outros parceiros aqui. Mas, acima de tudo, colocar que para mim hoje, uma cidadã comum, mas uma pessoa que defende o social, defende crianças e adolescentes, que é uma coisa que está nas minhas veias, e também como servidora pública, Assistente Social, servidora pública, é meu papel, é obrigação minha nesse sentido. Mas é preciso que a gente possa associar o que nós estamos vendo, escrevendo, lendo, a uma prática mais efetiva nessa questão de punir essas pessoas que no Ceará fazem, assim, parece que a propósito, continuam indo aos mesmos locais, com os mesmos grupos, nos mesmos Municípios, e é preciso que a gente possa dar um basta nisso.



Eu acredito que a Câmara Municipal também está dando uma grande contribuição e a sociedade civil como um todo também, mas ainda precisamos ser mais vigilantes, reclamar mais, gritar mais com esse contexto que está posto aí ainda no Estado do Ceará no que se refere ao abuso e à exploração sexual.

Claro que o abuso é uma coisa mais complexa, remete a outras questões. Eu acho que todos nós que estamos aqui temos clareza dessa questão, mas a exploração sexual precisa ser bem vigilante, embora reconhecendo avanços, mas reconhecendo também — aí eu não teria números aqui para dizer — se a relação está a mesma do que está acontecendo com a relação do que efetivamente acontece em relação às políticas públicas.

Então, eu queria deixar aqui o meu agradecimento e entregar à Presidente da Comissão o relatório que acho que por si só está bem didático e que dá para ter uma compreensão clara da situação do Estado do Ceará, e, juntamente com a equipe de vocês, fazer uma análise.

Muito obrigada pelo convite. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer à Deputada Tania Gurgel. Receberemos com muito prazer, até porque nós achamos que não há que se refazer um retrabalho, mas nós nos sentimos parte de um processo e a continuidade, uma série de trabalhos que já foram feitos, inclusive pela CPI Mista do Congresso Nacional, que teve a nossa Deputada Patrícia Saboya como Presidenta à época.

Estivemos também hoje, de manhã, na 12ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Ali, vimos que foi feito um desmembramento que foi feito um desmembramento. Hoje, temos uma vara específica para crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o que nós saudamos sobremaneira, até porque isso faz com os depoimentos sejam únicos. Nós sabemos que não é só o Poder Judiciário o “responsável pela responsabilização”, digamos assim, mas que isso é um processo, porque há um inquérito que precisa ser construído. Eu queria passar a palavra à Dra. Maria Ilina Lima de Castro e ao mesmo e externar a nossa profunda alegria de conhecê-la e de conhecer a sua dedicação ao trabalho de apuração dos crimes que atentam contra a dignidade sexual de crianças e



adolescentes e dizer que pessoas como a senhora são importantes para que possamos romper o manto da impunidade que, além de tantos malefícios, traz um que é fundamental: a naturalização da violação e do crime. Portanto, com muita alegria passo a palavra a Dra. Maria Ilna Lima de Castro, que é Juíza Titular da 12ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Boa tarde a todos. Como a ex-Deputada Tânia Gurgel, que foi relatora da CPI de 2005, eu também não vou citar o nome de todos porque passa muito tempo e o nosso é ouro, como se diz, e é limitado. Quero dizer a V.Exas. que estou aqui hoje porque estou em férias. Se eu não estivesse em férias certamente estaria fazendo audiência e não poderia estar presente. Fui convidada várias também para a CPI da Câmara dos Vereadores, fui convidada muitas vezes para audiências nesta Assembleia, mas a nenhuma compareci. Hoje, é o primeiro dia em que estou comparecendo, mas justamente é porque coincidiu com minhas férias. Quando estou trabalhando não deixo de fazer audiência para vir a audiências públicas e a nada. Certo?

No nosso trabalho no Poder Judiciário a gente faz, a gente entra numa em audiência para responsabilizar os infratores. A gente faz de todas as maneiras com que os infratores sejam responsabilizados. A 12ª Vara Criminal foi criada em 1998 com a competência de julgar os crimes contra crianças e adolescentes. Havia um elenco de crimes contra crianças e adolescentes, não eram só crimes de abuso e de exploração sexual. Então tudo ia bem, mas de certo tempo para cá, aumentou o número de processos de assaltos e de roubos. Esse número foi aumentando cada vez mais e a vara foi tendo um número muito grande de processos que não dava para nenhum juiz que trabalha muito, nenhum promotor que trabalha muito dar conta... Então, a minha preocupação foi especializar mais a vara. Eu disse: eu não estou dando conta, principalmente daqueles processos que exigem mais celeridade, que são os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Por quê? Com a passar do tempo, a vítima vai ser vitimada mais uma vez, passando anos e anos. Por isso, fiz requerimento ao Presidente do Tribunal para que aquela vara tivesse limitada a competência para crimes sexuais contra criança e adolescentes. Em caso de abuso sexual é muito fácil de responsabilizar o infrator, porque a vítima vem e diz o que aconteceu. Mas o crime de exploração sexual é o mais complicado para



responsabilizar os infratores, porque a própria vítima que diz tudo na delegacia, na época em que é apreendida, que o infrator vai preso, ela conta tudo, mas quando chega ao Poder Judiciário, ele nega. Quer dizer, continua ainda sendo explorada. Nós estamos na 12ª Vara ao dispor de qualquer pessoa que queria saber qualquer andamento de processo, no sentido de que sejam pessoas aptas a obterem essa informação. Nossa vara trabalha em segredo de justiça. Então, não são todas as pessoas que estão aptas a obter essas informações. Quanto à CPIs... Eu estou nesta Vara há 14 anos nessa vara e já ouvi falar em várias CPIs. O relatório da última CPI está com o Representante do Ministério Público, Hoje ele me falou que já recebeu. Os relatórios das outras CPIs, eu sei muito bem que era outra promotora. Como a Deputada Érika falou o Poder Judiciário e a Justiça não são dependem apenas do juiz, dependem também do promotor, da defensoria. É agregado a várias instituições. O Poder Judiciário não funciona só com o juiz. Quero dizer que as CPIs antigas, que a Deputada mencionou... Acredito que hoje tenha algum processo rolando... Deputada, eu digo que não existe nenhum processo de CPI rolando por lá. Por quê? Porque vão para o Ministério Público e o Ministério Público denuncia ou não. Na época da CPI passada, quem estava como Representante do Ministério Público era a Dra. Edna, e ela me falou: *Recebi o relatório, mas não tem nada a fazer, porque todo o apurado aqui os infratores estão sendo responsabilizados pelo Poder Judiciário.* Quer dizer, o Poder Judiciário estava à frente da CPI. E eu desafio alguém que venha a dizer que alguém da CPI não foi responsabilizado, a não ser que não tenha sido feita a investigação que era para ser feita na delegacia e, não tendo condições de indiciamento, o Ministério Público não pode indiciar. A Dra. Ivana indicia e o Ministério Público denuncia. Então vem a denúncia. O Poder Judiciário recebe a denúncia e aí é que começa o processo. Então, não havendo essa denúncia, não pode existir processo. Não é só dizer que fulano de tal, no dia tal... Tem que provar, certo? Então, fico aqui à disposição de todos

Dito isso, coloco-me à disposição de todos. De modo geral posso dizer como está o processo tal do ano tal. Não agora, mas como autoridades, eu posso verificar lá na Vara como se encontra. Mas eu digo a vocês que nenhum processo de CPI existe lá. Agora, quero só explicitar para vocês que atualmente existem 2.347 processos na Vara. Ainda existem processos que não são da vara, porque estamos



em processo de virtualização e muitos desses processos vão sair da vara, ou seja, vai diminuir o número de processos. Digo a vocês: há 14 anos estou na vara, e recebi a vara com 600 processos. Em 14 anos só tem 2.347 processos... Pessoal, é trabalho! Tenho um compromisso com a 12ª Vara Criminal. Muitas vezes, quiseram que eu saísse de lá e eu não saí. Só saio mesmo para ser desembargadora. Está bom? Boa tarde! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Agradecemos à Dra. Maria Ilina Lima de Castro e passamos a palavra ao Superintendente do Instituto de Previdência do Município — IPM, Dr. Mário Mamede, com quem tive oportunidade de conviver quando ele estava na condição de Ministro na Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República. Obviamente tem uma história, um comprometimento e uma dedicação absolutamente inequívoca com relação aos direitos da criança e do adolescente. É um prazer muito grande encontra-lo aqui, Dr. Mário Mamede.

O SR. MÁRIO MAMEDE - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay. Eu queria pedir aos presentes, tanto ao plenário quanto aos que compõem a Mesa, para dirigir-me a minha amiga Erika Kokay, à Deputada Bethrose e a meu dileto amigo João Ananias, colocando a todos os outros o devido apreço — apenas não vou ficar me repetindo, dado o apertado do tempo. Talvez eu seja o patinho feio desta Mesa, porque, pelo que estou vendo, as coisas estão mais ou menos sob controle: Foram feitas CPIs, foram feitas investigações, foram feitas denúncias, mas eu acho que nós temos problemas muito graves aqui em Fortaleza e no Ceará. E eu penso que a situação de exploração sexual, de abuso sexual, de vitimização sexual é muito grave entre nós. É muito grave, não é pouco grave. Primeiro porque ela vem de muito e muito tempo, quando começou a se somar à situação de miséria social — nós somos um Estado que mantém um nível assustador de desigualdade social, de apartação social, de abandono social —, situação que persiste, que não foi devidamente modificada, que continua a nos envergonhar; soma-se a uma prática do incentivo ao turismo claramente direcionada a atrair o chamado turismo sexual: vendiam nossas praias, vendiam os *buggies* com emoção ou sem emoção, e vendiam as nádegas das nossas mulheres para o exterior e incentivavam os voos *charters*... Essa questão não foi uma questão qualquer, foi uma questão muito grave,



e o Deputado João Ananias deve se lembrar muito bem disso. Então, não vamos minimizar o quadro, porque é um quadro grave que vem sendo estruturado há muito, muito tempo. A Delegada Ivana, que é uma das pessoas mais corretas que eu tenho encontrado na Polícia Civil, uma pessoa que se dedica a essa questão de corpo e alma, é testemunha de que as dificuldades são enormemente grandes, porque essa rede de exploração se estruturou demais em nosso Estado, porque está vinculada a outros crimes correlatos.

Nós somos um Estado em que há um aporte de droga bastante volumoso, bastante intenso, primeiro pela localização geográfica da cidade de Fortaleza, próxima a vários portos, a vários outros países; segundo porque aqui também há consumo de drogas pesadas, e não só na periferia da cidade — não é só o *crack*, há também outras drogas. E, se alguém consome, alguém vende. E, se a droga é cara, só compra droga cara quem pode comprar droga cara. Esse é outro problema sério.

Nós temos uma cidade e um Estado em que há uma tolerância assustadora ao incentivo ao alcoolismo entre a juventude. Muito grande. Há uma permissividade social e institucional que me assusta. É com se o jovem fosse chamado a consumir álcool e de maneira desbragada: as facilidades são muitas e as dificuldades muito poucas. Para não ficarmos com a ideia de que as delegacias estão muito bem, obrigado, porque eu não queria que os senhores saíssem daqui com essa visão, a Delegada Ivana pode confirmar que somos um Estado com 184 Municípios e não temos delegacias civis em 150 deles. Nós não temos delegacias de Polícia Civil em cerca de 150 Municípios do Estado do Ceará. Isso é muito grave. As delegacias da mulher, conseguidas a ferro e fogo, e as da criança, conseguidas com luta titânica, não são devidamente equipados, são insuficientemente equipados, exceto uma ou outra. E algumas fecham no fim de semana, fecham nos feriados, porque não tem pessoal efetivo. O déficit de pessoal na Polícia Civil, para colocar no patamar mínimo, é de pelo menos 3 mil profissionais — para colocar no patamar mínimo de funcionalidade desde o delegado, o investigador e outras pessoas que devem compor o quadro de uma Polícia Civil razoavelmente equipada. Nós temos um déficit de 3 mil. Então, nós temos uma ação de segurança pública nos Municípios do interior extremamente militarizada, como também está na Capital. E, às vezes, as prisões são ilegais, os flagrantes são ilegais, não se sustenta o inquérito. O inquérito



não se conclui, e por aí vai. Quanto à Defensoria Pública, nós temos cerca de 135 Comarcas sem Defensores Públicos. Não tem, simplesmente não tem. E a Justiça, para funcionar como a gente deseja, como a gente quer, é preciso Defensor Público, porque geralmente a vítima é a parte mais vulnerável, sobretudo sendo criança e adolescente vítimas de abuso e exploração sexual. Então, há uma rede bem estruturada aqui com *flats* bem montados, com estruturas de hotelaria perfeitamente prontas e acabadas. Isso passa por rede de taxistas, barracas de praia. Não se modificou muito, a não ser para ficar mais bem estruturada e de mais difícil alcance. E a impunidade é a regra nesse tipo de crime. As situações de não impunidade, na verdade, para mim, são situações de exceção.

Bem, nós convivemos aqui, Deputada Erika Kokay, com índices — procure se inteirar através, por exemplo, Dr. Maximiano, Dra. Ivana —, os nossos índices de execução extrajudicial de adolescentes aqui são alarmantes. Basta abrir os jornais na segunda-feira: são 5 ou 8, 10 adolescentes executados sumariamente. Execução sumária, ou resistiu à prisão ou foi troca de tiro, ou então foi confronto de *gangs*. Então, é uma situação que deve nos preocupar. Eu, como não quero me alongar e nem quero ficar repetindo a mesmice, ou seja, já foram tantas CPIs, tantos fóruns, tantos debates, tantas discussões, está tudo tão bem documentado, nós temos de colocar de maneira clara, Dra. Ilna, que o nosso Judiciário, ele não é modelo para o País. Ou seja, a lentidão do Judiciário brasileiro... E aqui é uma situação que é notadamente conhecida, é letárgico para a questão da cidadania. Há uma letargia muito grande. E as varas estão sobrecarregadas. Aí essa visualização não termina, porque começou 2 anos atrás. Então, é preciso colocar as coisas claras para entender: porque existe uma rede tão bem estruturada, existe a impunidade absolutamente garantida aos infratores e existe um crime que continua em nossa cidade.

Bem, para terminar eu queria só pedir às senhoras e aos senhores para colocar um caso emblemático, o único caso que quero colocar: do Prefeito da cidade de Milagres, região do Cariri: Começou com um crime de abuso sexual, de pedofilia, 20 anos atrás, as primeiras denúncias. Esses crimes continuam, geralmente atraindo adolescentes pobres, vulneráveis. Presenteia com celulares, com roupa, com outros tipos de brindes, agrada a família, faz uma reforma na casa da família, traz o garoto



para dentro de casa, esse garoto é abusado sexualmente e aí vai ou pela sedução ou pela violência, como foi o caso do Felício, que foi vítima de coito sexual na marra, rendido por um capanga. Essa questão continua desde essa época. Ele participou de duas CPIs, da nacional e da local. Em ambas as CPIs, a blindagem política que o garante no poder foi acionada para que ele não depusesse. Tentaram fazer com que ele não depusesse nas duas CPIs, lá em Brasília e aqui.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Quero interferir na sua palavra...

O SR. MÁRIO MAMEDE - Não, agora não.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Eu quero avisar só que eu não sou juíza do Estado todo. Eu sou só de Fortaleza.

O SR. MÁRIO MAMEDE - A senhora falou à vontade. Todos falaram à vontade. O que eu estou dizendo, na altura dos meus 65 anos, com os cargos que eu ocupei, eu assumo o ônus e o bônus do que eu estou dizendo. Não tem problema nenhum. As consequências eu assumo. Eu estou dizendo que Hellosman, Hellosman Sampaio Lacerda comete crime de pedofilia em Milagres há muitos e muitos anos. E aí já é condenado. Recorreu. Está em liberdade, foi condenado a 8 anos e 3 meses. Recorreu do processo, nem anda este, nem andam os demais processos que envolvem o nome dele. Todos estão parados, todos. O que anda são as manobras jurídicas e advocatícias para manter os processos paralisados, parados. Esse crime do Fabrício vai prescrever. E foi o único caso que nós conseguimos levar a julgamento, mas tem suspeita de outros crimes, em (*ininteligível*) da área administrativa, desvios de recursos, pistolagem, crime de mando. Porque todas as pessoas que depuseram contra ele, no caso Fabrício, morreram todas assassinadas. Morreram todas, a única viva é uma senhora que está fora do Estado que foi colocada por nós dentro do programa de proteção às vítimas de violência, que a Deputada bem conhece, até porque foi ela quem construiu no Distrito Federal. Bem, como eu já abusei da boa vontade, agora, há pouco tempo, Hellosman foi vítima de um atentado, um atentado. Só que não é um atentado qualquer, não é um atentado político. É uma desavença entre o abusador e o abusado, que começou a ser abusado aos 12 anos, o Emanuel. O Emanuel é Secretário de Esportes da Prefeitura de Milagres, candidato do Hellosman a



Vereador, e seria o Vereador mais bem votado, segundo o próprio Hellosman colocou, garantindo a ele que ele seria o mais bem votado. Como a relação se esgotou, se esgarçou, se consumiu, não sei o que é que houve, nem me cabe investigar isso ou estar bisbilhotando, o fato é que o abusado virou-se contra o abusador e deu quatro tiros, dos quais somente dois detonaram e somente um pegou no tórax. Um está preso, o outro voltou a Milagres, e é candidato a Prefeito da cidade. Foram dois mandatos, 8 anos, colocou uma sobrinha pau-mandado para cumprir o interregno, foi eleito novamente, diz onde ele quer dizer e diz, de maneira aberta e acintosa, que ele tem proteção política, e o pessoal dos direitos humanos não o pega, porque ele tem dinheiro e tem poder político. Por fim, só para colocar a situação em Milagres hoje, Deputado João Ananias. Documento recebido — eu me dou o direito de não dizer o remetente —, é só para comunicar ao senhor, porque sabiam que eu viria aqui comunicar ao senhor o que está acontecendo em Milagres. Deem-me 2 minutos; 1 minuto, só. Hellosman Sampaio Lacerda, no dia 30, lançou-se candidato a Prefeito novamente, e a sua vice é a advogada Fulana de Tal, daqui de Milagres, pessoas que vivem 24 horas por dia a servir a sua pessoa. Estavam presentes na convenção o Deputado Fulano, Fulano. Basta ver o mapa eleitoral, é muito fácil saber quem tem interesse no curral eleitoral de Milagres e quem é beneficiado com os votos daquela cidade, portanto, por consequência, quem lhe dá blindagem política. O Emanuel, que atirou, estava na lista dos seus candidatos a Vereador, mas não veio de Fortaleza, mesmo com toda a pressão feita pela sua mãe, que agora já está do lado do Prefeito e viaja constantemente para Fortaleza, até mesmo de avião, levando feiras, presentes, dinheiro, carne e tudo. Mas parece que o Emanuel está com medo, eu também estaria. Essa advogada, que será sua vice, frequenta constantemente a casa da mãe do Emanuel, incentivando o Emanuel a mudar o depoimento. Hellosman não está mais se expondo nas ruas de Milagres, mas no seu discurso do dia 30/6 se colocou como vítima e disse que essa seria sua última eleição e que o povo o ajudasse mais uma vez. Comenta-se na cidade que ele disse em reuniões que a Comissão Nacional de Direitos Humanos não é problema, não faz medo, e que ele é político, tem voto e dinheiro, que é o mais importante. Comenta-se, ainda, que alguns candidatos a Vereador do seu lado não vão ser mais candidatos porque não aceitam assinar promissórias para ficarem pagando a ele, se eleitos, com o salário de Vereador, como já tinha acontecido no



passado. Milagres continuam no medo e na injustiça. O que fazemos? Agora houve uma reunião na casa do irmão dele, Aloisio Sampaio de Lacerda, quando ele decidiu que, se não for candidato, por causa da ficha suja, ou se for levado a julgamento pelo pessoal dos direitos humanos, ele vai acabar com a vida de, pelo menos, três em Juazeiro. E citou nominalmente a pessoa que ainda tem coragem de resistir a ele, chamada senhora Joana, esposa do Dr. Jânio, cujo filho morreu num simulado acidente, e o responsável considerado pela morte desse garoto é o próprio Helllosman. Então, não é uma situação fácil aqui no Ceará. É uma situação delicada, preocupante, nos traz indignação. Eu acho que é preciso olhar as coisas de frente, ou seja, nós não estamos numa cidade em que as coisas são menos relevantes, porque aqui o problema é menos grave. O problema aqui é muito grave, porque ele tá ligado a crimes correlatos, à impunidade, é uma letargia do Judiciário, uma ausência de retaguarda institucional, e parece que a sociedade acostudou-se a esse tipo de crime. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradecer ao Dr. Mário Mamede e passar a palavra para a Deputada Gorete Pereira, que não estava aqui no momento e já tinha avisado que deveria se ausentar por alguns minutos, e retornando, nós vamos passar a palavra a ela.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Gostaria também aqui em nome da Erika Kokay, minha amiga também Liliam Sá, as Deputadas Estaduais Bethrose, Patrícia Saboya, Fernanda Pessoa, eu, em nome delas, saudar a todas as pessoas aqui presentes e dizer uma coisa: infelizmente a gente tem que... aqui é uma audiência pública, onde a gente pode concordar e discordar do que a gente escuta. E eu acho que foi muito importante, porque eu gostaria até de agradecer aqui a maneira e a dedicação da Dra. Ilna e da Dra. Ivana, que a gente acompanha mais de perto e vimos a dedicação que elas têm. No caso da Dra. Ilna, que é só de Fortaleza, realmente a quantidade de processos talvez seja a menor que existe dentro do Fórum Clovis Bevilacqua em todas as Varas. E a Dra. Ivana, da dedicação muito grande dela. E eu quero dizer ainda que, há muito tempo, mais ou menos em 95, foi feita uma CPI na Câmara Municipal de Fortaleza, quando, naquela época, tudo isso que o Mário Mamede relatou aqui eram coisas muito graves que existiam. E, logo após essa CPI, foi entregue, naquele período, foi entregue à Polícia Federal,



foi entregue ao Prefeito, foi entregue ao Governador, foi entregue a todas as autoridades competentes o relatório que se trouxe das redes formalizadas do crime contra a criança e o adolescente, da exploração, do abuso, dos hotéis, dos motéis, dos taxistas, das barracas de praia, tudo tinha sido detectado. E foi importante, porque nós vimos que evoluiu, dali em diante, evoluiu. Essas redes que eram muito montadas, e organizadamente montadas, elas desapareceram. Logicamente que elas ficaram de outra forma. Hoje é feito pela Internet, de outra maneira. Mas, foi coibido. Na época, se eu não me engano, foram presos mais 30 pessoas, não é Dra. Ilna, mais ou menos? Trinta pessoas. A gente nunca tinha visto ninguém preso, porque formalizavam uma rede de atendimento e de favorecimento a esse tipo de crime sexual da criança e do adolescente. Então, foram presas essas pessoas, os hotéis começaram a ser chamados os donos, porque perderiam o alvará se levasse criança; nos motéis começou a haver uma advertência maior, sendo fiscalizado o carro todo, abrindo a mala do carro, vendo dentro, porque muitas vezes eles botavam uma pessoa de maior dentro do carro e a criança estava na mala do carro para passar na entrada do motel. Tudo isso foi alertado muito por essa CPI da Câmara Municipal daquela época, e eu acho que muita coisa mudou, porque nós fomos também, naquele período, até em cima do turismo. O turismo de solteiros, como a gente diz, desacompanhados que vinham para o Ceará, era coisa exorbitante, até porque a moeda deles, muito melhor do que a nossa, era um nível de pessoas que estavam vindo, era qualquer pessoa da construção civil, gente que quando começou a fazer os apanhados era pessoal de todo tipo de nível de lá, que muitas vezes não tinham nem a parte cultural, deixavam muito a desejar. Então, eles vinham realmente atraídos aqui, não pelas belezas de Fortaleza, não pelo clima, mas eles vinham atraídos já realmente por essa rede aí, que traziam todas essas pessoas aqui para abusar de nossas crianças. Mas nós tivemos vários depoimentos, e a gente sabe, pessoal, que hoje um dos maiores responsáveis pelo crime contra crianças e adolescentes, infelizmente, pasmem vocês, está dentro de casa; está na família, é o padrasto, é o pai. A quantidade muito grande está dentro de casa, e a mãe, muitas vezes esconde, porque é dependente financeiramente, nisso. A gente tem que ver que isso realmente é um caso muito complicado. Primeiro, como foi dito aqui, o abuso é fácil de a gente detectar, porque eles vão mesmo falar, mas quando é exploração, eles não se sentem explorados. Eles sentem que eles podem...



Olhem, eu ouvi um relato de uma criança de 9 anos nessa CPI, que eu quase não durmo de noite, porque a minha filha tinha mais ou menos essa idade. Ela disse: “O primeiro programa que eu fiz, eu corri para comprar uma boneca”. Foi dessa forma que ela disse para a gente na CPI. E aquilo foi realmente muito chocante para a gente. Então, eu acho que hoje o alerta e as Comissões que estão existindo são muito maiores do que naquele período. Acho que está realmente tendo uma melhora. Eu quero ter essa esperança. Logicamente que a gente egos gostaria de hoje estar aqui dizendo que não estava, mas a gente tem que realmente reconhecer que muita coisa melhorou. Nós temos hoje uma Vara, uma juíza, só para esse tipo de caso. Quando é que a gente tinha isso? Nunca se teve uma pessoa especializada só para cuidar dos casos da infância e da adolescência, da exploração. Nenhum Estado do Brasil tem. Fortaleza tem. Então, nós não melhoramos? Melhoramos. Lá, na Dra. Ivana, também a dedicação que tem, com apenas 20 funcionários, porque, já conveniado com a Prefeitura de Fortaleza e o próprio Estado, mas só tem 20 funcionários para cuidar, para fazer diligência em todo o Estado do Ceará, com assistente social sem ter; ela sem ter polícia mesmo para fazer. Então, tudo isso também passa por esse aparelhamento, que é o resultado que nós vamos ter nesta CPI, que nós vamos usar. Agora, se vocês soubessem dos relatos da Paraíba e os relatos de outros Estados, que depois vocês vão ver, que nós vamos fazer um relatório, o Estado do Ceará logicamente tem muito o que melhorar, mas que a gente já pode sentir, que a gente já pegou um pouquinho na ponta do iceberg. Muito obrigada. Boa tarde a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradeço à Deputada que me honra por ser autora desse requerimento, com a realização desta audiência e das diligências que estamos fazendo aqui, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, a Deputada Gorete Pereira, e passar a palavra à Vereadora do Município de Fortaleza, Eliana Gomes, que foi também membro da CPI, Relatora da CPI da Câmara Municipal, dessa última CPI. Então, deixe-me lhe apresentar de novo. Vou passar a palavra à Relatora da CPI da Câmara Municipal do Município de Fortaleza, a Vereadora Eliana Gomes. É um prazer tê-la aqui.

A SRA. ELIANA GOMES - Eu que agradeço o convite. Quero fazer uma saudação ao nome da Deputada Erika Kokay, Presidenta da CPI, e à Deputada



Liliam Sá, Relatora também da CPI. É muito importante, porque nesta Mesa estão Deputadas e Deputados Federais, está o Poder Judiciário e está a Secretaria dos Direitos Humanos do Município. Mas, acima de tudo, sentada na plateia, tem uma militância que ao longo dos anos milita em defesa das nossas crianças e da nossa juventude. Eu presenciei que nós temos até menino e meninas, aqui, que estão acompanhando a audiência. E é muito importante, porque a partir do momento... Eu escutei atentamente meu querido Mário Mamede, e vejo que a situação em Fortaleza, quando a gente iniciou a nossa CPI, é uma situação realmente de muito olhar e de muito cuidado. Nós já diagnosticamos que há rede criminosa. Essa rede criminosa, Deputado, entendeu-se para 74 pontos. Quer dizer, ao invés de terem se estendido as políticas públicas, a rede criminosa, nesse período de 10 anos, fortaleceu-se muito na cidade de Fortaleza. O consumo interno, nós apontamos 21 locais apontados, porque anteriormente a gente via somente a parte da orla. Quando chegamos na Barra do Ceará, pegamos 22 locais, encontramos meninas de 9 anos, meninas de 10 anos. Lá, nós diagnosticamos 22 locais como um polo maior. Isso não quer dizer que a parte da orla rica...*(falha na gravação)* ainda continua, continua muito forte, mas ali encontramos aliciadores que estão na Praia de Iracema e, ao meio dia, está na Barra do Ceará — a mesma figura, no mesmo local que encontramos na Praia de Iracema, como os bairros Grande Bom Jardim, Janguruçu, os polos mais pobres. A rede se estendeu para os locais mais pobres da cidade de Fortaleza. Locais esses que vão das casas da X, que tem uma placa, e quando você entra encontra vários quartinhos que são tão pobres no sentido e lá estão as nossas meninas, e no aeroporto também nós encontramos meninos que vêm da Aerolândia e do Laga Mar. Então, a exploração é crime, e por que é tão difícil? Porque exatamente as pessoas são poderosas. Nós fomos perseguidos, tivemos que tirar os nossos pesquisadores do campo, a Dra. Ivana deu uma grande contribuição, nós não tivemos nenhuma proteção, fomos com a cara e a coragem em locais, às 2, 3 horas da manhã. E, por mais que a gente tenha esse sentimento, vemos como se dá todo esse processo dessa rede, que vai do garçom, motorista de táxi, donos de restaurantes e hotéis e os voos que chegam da cidade de Fortaleza, muitas vezes à meia noite. Nada contra, claro, que os turistas venham em busca de um bom artesanato, mas encontramos também os daqui, que são pequenos comerciantes, muitas vezes donos de restaurante, e que também fazem a exploração local, e que



tem uma tabela, Relatora, criminosa. Na Barra do Ceará, o prato de comida custa 25 reais; na Praia de Iracema, onde entrevistamos as nossas garotas, é de 100 a 150 reais. E sempre envolve, porque como é na periferia, a gente vê logo o corpinho delas, dá para reconhecer. Na parte da orla ela se pinta, se arruma e se mistura com a prostituição, que não é crime, porque a gente tem que deixar muito claro, mas se mistura ali e entra com a maior facilidade.

Os motéis não têm mais fiscalização. Diz: *“Olha, pede identidade”*. Isso não existe. Então, nós entregamos o nosso relatório ao Ministério Público, ao Superintendente da Polícia Federal. cremos que as políticas públicas têm que estar pautadas nas casas, o orçamento é importantíssimo, agora a impunidade é que dói. A impunidade dói muito. As pessoas não acreditam... Quando está envolvido um poderoso, seja da vida política, seja um empresário, elas não têm a autoestima de dizer que eles vão estar na cadeia.

O abuso, como é dentro de casa, é mais fácil, mas a exploração é gritante aqui na cidade de Fortaleza, e a nossa preocupação, falo como Vereadora, mas falo agora como uma militante dos movimentos sociais: a Copa está na nossa porta. Eu sou a favor dos grandes investimentos, mas espero que aqui tenhamos um GT dentro da Coordenação, dentro do Comitê da Copa para debater esses assuntos, porque se não começarmos de agora, em 2013 como é que vamos dar a proteção às nossas meninas e meninos? Como é que podemos travar essa discussão? Nós queremos travar essa discussão dentro dos espaços de Poder, dentro dos espaços de decisão, por quê? Porque as CPIs são um grande instrumento político. Aqui tem tudo. Nós entregamos fitas, fotos — se for para colocar na cadeia... Pois essas provas foram entregues ao Ministério Público, ao Superintendente Federal e ao Secretário de Segurança Pública —, tudo: fotos, gravações, que envolvem diversos atores da cidade de Fortaleza. E a sociedade está esperando.

Eu fiquei bastante feliz quando soube que em nível federal estava tendo uma CPI. A nossa Deputada Tânia Gurgel, a Patrícia, o Durval, Mário Mamede e tantos outros que já participaram sabem da nossa angústia e sabem o que significa isso. Então, a cidade cresce...



Mas faço um apelo aos Deputados Federais, às Deputadas Estaduais: que abram esse canal de negociação, tanto com Estados e Municípios, para se ter, dentro do Comitê da Copa, um GT para repensar qual é a proteção que vamos dar às nossas meninas e aos meninos. Porque os equipamentos são importantíssimos, mas o investimento humano fica além de qualquer outro investimento. O investimento tem que ser humano, e esse investimento é o que esperamos.

Então, eu vou entregar o relatório, e espero que realmente nós tenhamos bons resultados, porque é isso que todos queremos. Eu tenho plena certeza de que as coisas vão andar. Os Conselhos Tutelares também são uma porta aberta, têm que estar funcionando bem, têm que estar funcionando 24 horas. Nós temos que ter mais uma delegacia da DECECA, porque uma só — não é, Dra. Ivana — é impossível. Temos que fazer concurso para exatamente dar melhores condições, porque só assim vamos realizar um bom trabalho.

Muito obrigada pelo convite. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós já aprovamos requerimento na CPI, Dra. Eliana, acerca da discussão da Copa. Um dos eixos de atuação da CPI é exatamente a proteção das crianças, preparar o Brasil para a Copa sem que isso represente um aumento do nível de violação do direito de crianças e adolescentes.

Nós estamos agendando reunião com o Ministro do Esporte, para que em todos os Comitês onde sediarão a Copa, ou que estarão auxiliando as sedes da Copa, tenhamos esse recorde de defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Eu vou passar palavra para a nossa titular da Delegacia de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes — DECECA, Dra. Ivana Maria Timbó Pinto.

Eu gostaria apenas de deixar claro que nós não achamos que haja uma perfeição no funcionamento das delegacias e da polícia, no que diz respeito ao combate e a exploração. O nós atestamos foi um comprometimento muito grande da equipe — muito grande. É uma equipe extremamente comprometida, uma equipe extremamente apaixonada e uma deficiência estrutural do ponto de vista do número de inspetores. A delegacia não funciona 24 horas todos os dias, ela funciona em



horário de expediente, até a sexta-feira; no final de semana, ela funciona em outro prédio, em outra instalação da Secretaria de Políticas para Mulheres, e, portanto, ela precisa funcionar em tempo integral, ela precisa ter um número maior de profissionais trabalhando ali. Mas o que nos chama a atenção é o comprometimento. Há o comprometimento da Delegada, Dra. Ivana, que nos enche de alegria, e o comprometimento do conjunto da equipe. As instalações físicas são melhores que as de outros lugares que vimos, mas nós também temos consciência de que é impossível que uma delegacia consiga cobrir de forma satisfatória 184 Municípios. Não consegue! Não consegue, por melhor que seja a equipe, por mais comprometida que seja a equipe, por mais apaixonada que seja a equipe, não é possível cobrir 184 Municípios, não é possível cobrir sequer o próprio Município de Fortaleza, com o histórico que tem de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

Portanto, eu queria apenas deixar claro que nossa avaliação da equipe, do nível de comprometimento da equipe é muito positiva, e nós estamos absolutamente de acordo com as resoluções da audiência pública que foi aqui realizada, que apontam para a necessidade de haver outras delegacias e, além disso, de estrutura mais profissional na delegacia de Fortaleza.

Portanto, Dra. Ivana, eu queria apenas dizer da nossa alegria de tê-la conhecido e parabeniza-la pelo trabalho, sem desconhecer as dificuldades estruturais de funcionamento da própria delegacia, mas valorizando o comprometimento e a qualidade da equipe, o que faço valorizando sua própria atuação.

Com a palavra, então, a Dra. Ivana Maria Timbó Pinto, que, aliás, está desde ontem em vigília, acordada há mais de 24 horas, e ainda assim fez questão de estar aqui e contribuir com os trabalhos da CPI, o que nós agradecemos muito.

Tem S.Sa. a palavra.

A SRA. IVANA TIMBÓ - Boa tarde a todas as pessoas que estão presentes neste evento. Eu me sinto bastante honrada pela oportunidade de estar aqui diante de todas as pessoas que tão bem já foram nominadas.



A DECECA, a única do Estado do Ceará, é totalmente insuficiente para atender a todas as ocorrências que envolvem exploração sexual infantil. Então, nós normalmente fazemos um cronograma de viagens. Há mais ou menos 2 meses a equipe da DECECA realiza, a cada semana, uma viagem. Tem sido dessa forma, porque o interior do Estado também tem nos requisitado bastante. Apesar de a Secretaria de Segurança Pública dispensar bastante atenção à DECECA, a DECECA, como bem disseram todos — apenas reitero —, precisa ter seus avanços, principalmente com relação ao efetivo.

Quando o Deputado Estadual se referiu ao trabalho profícuo realizado pela Delegada Ivana, eu me senti até um pouco emocionada, porque eu me lembrei de todos aqueles que, enquanto eu estou aqui, estão nas ruas investigando. Falo daquelas jovens que trabalham comigo, que ficam nos bastidores fazendo pesquisas, se comunicando com outros Estados.

Então, eu só tenho condições de realizar esse trabalho relativamente profícuo porque minha equipe — eu a chamo de minha porque eu já a sinto como se fosse minha — é realmente uma equipe bastante comprometida, é uma equipe que tem compromisso. A cada momento, nós procuramos reafirmar nosso propósito de combate à exploração sexual infanto-juvenil, ou a qualquer outro crime que envolva crianças e adolescentes.

Com relação à CPI, na nossa gestão, a primeira CPI que nós recebemos para investigar foi a que me foi recentemente passada pela Vereadora Eliana.

Olha, Vereadora, eu lhe digo uma coisa: a senhora não sabe como eu estou com medo, com aquele absurdo de papel em minhas mãos. Todos os dias a Andreia, a escritã, e eu procuramos ler, mas é uma coisa que nos tem deixado preocupadas. Eu penso: *“Meu Deus, o que é que vou mandar para o Poder Judiciário?”*, porque a exploração sexual infantil é um crime bastante difícil de ser investigado em função do silêncio das vítimas, das testemunhas, pessoas que sabem, mas, quando chegam à polícia, essas pessoas não querem, por hipótese alguma, se comprometer. Então, essa é a nossa realidade aqui no Estado do Ceará. Não sei nos outros Estados.



Bem, ontem à noite, eu fui para um plantão da Delegacia da Mulher. Então, todas as ocorrências, Maria da Penha. Até 3 horas da manhã, só Maria da Penha, porque a DCECA tem seu plantão na sede da Delegacia da Mulher exatamente pelo pouco efetivo. Então, lá pelas 3 horas da manhã, o plantão foi se acalmando. Eu: *“Ai, meu Deus! Graças a Deus, agora eu vou descansar um pouquinho, porque amanhã eu tenho que enfrentar a Assembleia, a Comissão que está chegando.”* Sempre com aquele medo: *“Como será essa Comissão?”*

Aí, quando dá mais ou menos umas cinco e meia da manhã, um policial pede que eu retorne pra a sala de ocorrências. Eu pensava que era já pra eu encerrar o plantão, e eu demorei um pouquinho. Aí, o policial, muito aflito: *“Não, eu estou chamando a senhora porque tem uma ocorrência.”* Fui lá. Quando cheguei lá, era um homem que mora... Ele é cearense, mas há muitos anos mora em Maceió. Ele foi encontrado no interior de um motel com uma adolescente de 17 anos, outra de 14, duas de 13 anos e um menino de 10 anos. Então, fiz a abordagem. As crianças, entre elas, realmente, nós conseguimos buscar a verdade. Foi muito bem revelado o que tinha acontecido. E eu consegui lavrar o flagrante desse homem. Esse homem ficou preso.

Então, hoje eu posso dizer que eu estou bastante elétrica (*risos*), porque é muito difícil. É muito difícil! Olha, ontem eu não senti o tempo passar. Eu, quando encerrei esse plantão, esse flagrante, foi mais ou menos cinco e meia pra 6 da manhã, eu consegui encerrar por volta de meio-dia. Quando a Comissão chegou pra nos visitar, eu tinha acabado de encerrar. A senhora recebeu essa comunicação, doutora, por volta de 1 hora da tarde.

Então, é tão difícil se conseguir fazer um flagrante desse, então, para mim, assim, foi muito importante, principalmente porque hoje eu vinha pra cá. Então, eu tinha essa informação que, pra mim, é bastante valiosa. Lógico que eu gostaria de não ter essa história pra contar. Mas, por outro lado, é positivo, porque essa pessoa que veio passar um final de semana em Fortaleza está presa. Então, eu tive que comunicar a família dele, comunicar os motivos.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Veio pro enterro da mãe, não é?



A SRA. IVANA TIMBÓ - É. Ele veio para o velório da mãe —eu contei pra elas —, veio para o velório da mãe. E, ontem à noite, foi para uma festa num clube, determinado clube, encontrou essa adolescente e essas crianças e foram para esse motel. Por fim, graças a Deus, ele foi preso.

E a história, ela vai se espalhando lá na cidade, lá em Maceió, entendeu? Creio que outro não queira vir, porque se vier e se tiver elementos, não volta, fica aqui. (*Palmas.*) Então, graças a Deus, nós tivemos, assim, muita paciência, mas fechamos o flagrante. A senhora vai ver, Dra. Ilna, está bem configurado. Vai denunciar, viu? (*Riso.*)

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Vou estar de férias.

A SRA. IVANA TIMBÓ - Vai estar de férias. Bem, outra coisa, assim, que eu gostaria, assim, de registrar, gostaria de dizer, não é nem registrar, é informar à Comissão que o Estado do Ceará é um Estado que não perdoa a exploração sexual infantil. O nosso poder público não perdoa. É um crime que é abominável. Nós temos muitas dificuldades, mas o Ceará não aceita. Então, no nosso poder público existem pessoas altamente sérias, pessoas que realmente, assim, não medem os esforços. E eu gostaria, assim, de fazer referência a uma pessoa que se encontra aqui neste local, a Dra. Helena. (*Palmas.*)

A Dra. Helena é uma pessoa... Eu posso dizer, são 30 anos de delegacia. Não sei se vocês vão acreditar, mas são 30 anos de delegacia todos os dias. Então, eu praticamente conheço todas as pessoas que militam, que trabalham na área, sei quem realmente tem disponibilidade. E a Dra. Helena é um exemplo. A Dra. Helena contribui, assim, de forma significativa para as famílias deste Estado. Ela tem tranquilizado muitas pessoas. Então, muitas vezes, eu encaminho as pessoas. A Dra. Helena é uma pessoa em quem nós realmente podemos ter confiança absoluta. São 24 horas, todas as vezes que ligamos para ela. É uma pessoa que tem uma história. Então, ela ajuda a fazer a história do Estado do Ceará.

Eu gostaria de encerrar a minha fala.

Agradeço o convite, agradeço a visita da Comissão. Há 30 anos, eu não fui visitada por uma Comissão desta, uma Comissão tão importante. Eu sou muito



otimista, sou muito positiva. Eu venho acompanhando a história da polícia. Então, há 30 anos, a polícia era uma; a polícia hoje já é outra. Recebe visitas, visitas importantes, pessoas que chegam para contribuir. Às vezes as pessoas me perguntam: *“Quando é que você vai se aposentar?”* Eu digo: *“Agora é que eu não vou, porque é agora que está melhorando. (Risos.) Então, por que que eu vou agora? Eu não vou, não! Enquanto a instituição me quiser, eu estou aqui.”*

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Ivana, pessoas como a senhora fazem a gente acreditar mais na humanidade. E se a senhora pedir a minha opinião, eu digo: *“Não se aposente, não.”*

O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS - Está longe da compulsória.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Então, eu vou passar agora a palavra ao Demitri Nóbrega Cruz, que é Secretário de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

O SR. DEMITRI NÓBREGA CRUZ - Boa tarde, companheiros e companheiras, queria fazer uma saudação muito especial a uma pessoa. Eu me orgulho muito de compor uma equipe com essa pessoa, que é o companheiro Mário Mamede, grande histórico, militante de direitos humanos da nossa cidade e que, como sempre, foi muito lúcido na sua intervenção. E através dele, quero saudar a todos e todas demais presentes aqui na audiência pública.

A gente tem aqui, na nossa cidade, no nosso Estado — e isso é um dado bastante positivo — uma cultura e uma mobilização permanentes, através da sociedade civil organizada e de setores relevantes da própria população da nossa cidade, do nosso Estado, que repudiam a violência sexual como um todo, tanto na modalidade de abuso quanto na modalidade de exploração.

Mas eu acho que para a gente fazer uma análise clara do processo — e a gente precisa, em cada momento de apuração, seja através de uma CPI, seja no cotidiano da gestão da análise das políticas públicas —, a gente tem que fazer uma leitura correta do fenômeno, que é a exploração sexual de crianças e adolescentes.



Ao fazer essa análise correta, a gente tem que entender que há uma contradição, sim, na sociedade em relação à legitimação dessa prática.

Oficialmente ou publicamente, a grande maioria das pessoas repudia a violência sexual contra crianças e adolescentes. Mas é uma prática que, no campo das relações, das microrrelações, as relações do cotidiano, ainda mais num país, numa cidade e num estado patriarcais, adultocêntricos, que incorporaram muito bem um dado negativo, que é uma cultura de mercantilização, que a gente tem muito forte... O nosso Estado, a nossa cidade têm essa cultura muito forte do valorizar o ter, do valorizar o possuir, do valorizar a mercantilização. Costumo comentar com alguns amigos que, inclusive, é impressionante aqui o desequilíbrio entre o carro que as pessoas têm e a casa que as pessoas moram. As pessoas preferem ter o carro mais sofisticado e viver mal, morar mal, a viver bem, que é a lógica da vida: viver, coabitar bem.

Então, a gente nunca vai poder aprofundar o fenômeno sem compreender essa realidade, que é a realidade que, infelizmente, eu acho que a gente precisa ter ação pra isso permanente, que é a questão que, se há exploração sexual, na sua grande maioria ela não é praticada por pessoas criminosas. Os clientes dessa exploração sexual, na maioria, não são pessoas ligadas a redes criminosas, a maioria são homens. E a maioria são homens que praticam esse crime, mas não praticam outros crimes, muito embora a rede que dá sustentação à exploração seja uma rede criminosa.

Então, assim, toda essa leitura é necessária pra gente compreender o fenômeno e a dificuldade do enfrentamento, inclusive a partir das próprias instituições públicas. Porque a questão é muito simples, a questão da exploração sexual contra crianças e adolescentes é uma questão de uma estratégia mais agressiva dos poderes públicos, nas mais diversas instâncias, para o seu enfrentamento. Não dá pra entender, por exemplo, que, na sociedade brasileira, um tema gravíssimo como a corrupção, embora seja muito grave, ele é muito menos grave do que uma criança sofrer uma violência sexual; um tema como a drogadição é gravíssimo, mas não é mais grave do que uma criança sofrer uma violência sexual, ou qualquer tipo de violência, e não se dá o mesmo nível de priorização de



mecanismos de enfrentamento. A gente tem os tribunais para combater a corrupção, os Tribunais de Contas, as estruturas do Estado fortalecidas, mas não existe uma estrutura de Estado especializada. E aí, eu falo, com muito orgulho, que a nossa cidade é exceção, porque a nossa cidade tem uma estrutura especializada, uma política pública, um programa permanente especializado de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente, porque a gente vai continuar retomando as CPIs, vai continuar os processos de investigação, os processos de atendimento às vítimas.

Eu acho que as experiências no Brasil de políticas públicas só se universalizam quando elas são políticas nacionais, quando há um financiamento nacional. Assim ocorreu, recentemente, com o Sistema Único de Assistência Social. E a modalidade na qual o Sistema Único de Assistência Social trata a exploração sexual não é suficiente. E a nossa experiência demonstra isso, porque a nossa experiência, mesmo com uma equipe especializada, com uma unidade de acolhimento especializada, com mobilização especializada nas datas de referência, — 18 de maio, carnaval — atuação em territórios, articuladas com o... E aí, eu faço a ressalva de que todas as nossas ações em geral são articuladas com o Governo Federal; que a gente teve a grata felicidade de ser um interlocutor, de trabalhar experiências para todo o Brasil. A gente trabalhou uma parceria com o Instituto Aliança, com o Governo Federal, recentemente, o Projeto Bromélia, que foi no ano passado.

Mas, ainda assim, se a nossa estrutura especializada não atende da forma como a gente desejava, e a gente fica permanentemente tentando qualificar, imagine a estrutura na qual, na política de proteção, o enfrentamento à violência entra num equipamento em que se trata desde a pessoa pobre, não é, a pessoa que precisa de uma questão de vulnerabilidade financeira, todo tipo de violação no mesmo... É uma situação que demanda, pela questão da vitimização da criança e do adolescente, uma demanda especializada.

Então, acho que a CPI... Eu acho que a Dra. Ilna colocou uma coisa que é relevante, que é importante lembrar, quer dizer, a tarefa investigatória da CPI é importante, mas é uma tarefa que já é exercida, ou já deveria ser exercida pelas



estruturas de justiça e cidadania, polícia, segurança pública. E aí, eu vou entrar nesse capítulo depois. Eu acho que a principal contribuição da CPI é apontar para a política pública, apontar para a política pública permanente. Eu acredito que a gente tem pessoas muito dedicadas e esforçadas nas esferas de Governo, inclusive junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, mas a gente precisa dar um caráter de uma política mais permanente e mais consolidada, em termos estruturais, para o enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes.

E a gente faz essa colocação porque ela é central na nossa discussão. De fato, a DCECA precisa de mais equipe, mais pessoal, mais estrutura. O Juizado precisa de mais equipe, mais pessoal, mais estrutura. A ação de inteligência dos órgãos policiais precisa ser dirigida, tem-se que ter um grupo de trabalho especializado, em todas as esferas, e aí eu não estou falando especificamente em relação a nenhuma política pública, em relação às polícias, às investigações necessárias para combater essa rede de crime organizado.

Então, assim, a situação, na verdade, não é tão complexa na questão de ser identificada, não é? A gente aqui, em Fortaleza, já realizou pesquisa, inclusive, ajudou a CPI municipal com trabalho, com os informes na Rede Aquarela uma pesquisa que a própria Prefeitura realizou em 2008, que apontou esse cenário, que já foi colocado, da rede local, de que não é mais um fenômeno necessariamente vinculado à classe social — não é? —, que é um fenômeno vinculado a outros processos sociais relacionados à sexualização da adolescência, relacionados à mercantilização das relações humanas. Então, são cenários que eu acho que a gente vem discutindo, e nunca deve deixar de discutir, diagnosticar, reavaliar. Mas são cenários que eles já estão de forma geral postos, não é?

Eu acho que a gente, inclusive enquanto Secretaria de Direitos Humanos, se coloca totalmente à disposição. Os informes da nossa rede, repetindo, a gente consta, a gente tem uma equipe de atendimento psicossocial especializada, uma unidade de acolhimento especializada, uma equipe de disseminação, que atua pontualmente em dez bairros, mas de forma mais intensiva em três comunidades de Fortaleza, constituindo redes locais de enfrentamento à violência sexual, articulando



com a metodologia do País, do Governo Federal. E a gente trabalha esse apoio atualmente à DCECA e à 12ª Vara, através da Rede Aquarela, que são equipes de apoio.

Hoje o Município de Fortaleza tem uma equipe de apoio na Delegacia de Combate à exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e na 12ª Vara. Mas estamos com problema — e a Dra. Ilna e a Dra. Ivana sabem disso —, que é a questão da necessidade de nacionalmente se consolidar o depoimento especial. Porque a gente tem o depoimento especial como política do Governo Federal, mas a gente tem uma recusa dos dois Conselhos Federais de Psicologia e de Serviço Social com a metodologia. Deve haver os motivos justos dos dois Conselhos, mas é uma questão que até hoje não se resolveu.

Então, a gente tem uma política pública financiada no início pelo Governo Federal. Hoje a gente estrutura pelo próprio orçamento do Município, mas, com esse entrave institucional acerca da sua consolidação em âmbito nacional, porque é uma questão de questionamento dos Conselhos Federais às duas categorias profissionais. A gente tem esses cenários colocados, a gente precisa — e a gente já vem fazendo isso em nosso Estado —, sentar junto, pensar junto, articular, dialogar, pra melhorar a eficiência dessa rede. Mas, concretamente, a gente precisa... Já avançamos consideravelmente.

Quando a gente avança, como a gente está lidando com uma rede criminosa, a rede criminosa se sofisticar, se torna mais eficiente, se torna mais oculta. Então, nós precisamos nos sofisticar na nossa relação, principalmente nas ações de enfrentamento. E a gente, enquanto Município, como sempre esteve, está totalmente aberto, mesmo considerando que nós temos uma política bem estruturada e um nível de especialização, que eu acho que, se não é único, poucas Cidades no nosso País têm esse nível de especialização que Fortaleza tem. Mas a gente sempre está aberto para sofisticar, aprofundar, qualificar a nossa política. Mas a gente entende a necessidade da ação de enfrentamento mesmo à rede criminosa que dá suporte e que está cada vez mais oculta. Porque os casos continuam chegando de abuso e de exploração. A gente precisa aprofundar essa questão.



Quanto à questão do turismo, só para concluir, porque eu acho que é uma questão importante, embora a gente deva valorizar ela na medida correta, é importante que a gente compreenda que, por muito tempo, a política de turismo no nosso Estado foi construída como uma das principais estratégias pra sua consolidação a atração de investimentos estrangeiros no nosso litoral.

Então, a gente possui hoje — isso em Fortaleza diminuiu, mas amplificou no interior do Estado, não é? — a intervenção de vários grupos internacionais, em que a gente precisa... Eu não sou da área investigativa, não tenho elementos pra avaliar isso, mas esses grupos, em geral atraem o turismo internacional e, muitas vezes, esse perfil do turista sexual. Então, é uma questão que a gente tem que estar atento para como esse modelo se consolida no nosso Estado e como a gente trabalha pra que esse modelo não seja um modelo atrativo desse tipo de turismo, não é?

Em relação à intervenção de obras públicas e de modelo de turismo, o Município de Fortaleza, uma diretriz de nossa Prefeita de enfrentamento à exploração de forma transversal é constituir uma política de turismo. Fortaleza está mudando o perfil do turismo a partir de eventos para a própria população, eventos públicos para além da lógica do mercado, porque Fortaleza tem se tornado, com esse processo do Governo Nacional, de distribuição de renda, de enriquecimento de uma parcela considerável da população, Fortaleza tem se tornado um destino turístico relevante pra essa parcela da população que está ingressando, que está se qualificando economicamente, que está entrando nessa nova classe média.

Então, Fortaleza cresceu muito como destino turístico porque grande parte desses companheiros e companheiras que estão conseguindo viver melhor eles são nordestinos, são cearenses, estão em outros Estados e dialogam no nosso Estado, nessas redes locais, nessas redes de convivência. E Fortaleza está assumindo um perfil com essa característica.

Então, o Estado, o Município de Fortaleza, ele tem investido — o Estado também — na questão dos eventos culturais públicos, na perspectiva de consolidar esse tipo de turismo mais familiar e menos predatório pra nossa cidade.

Evidentemente que a caminhada ainda é longa. A gente pretende manter esse diálogo de forma permanente, com a Assembleia, com a Câmara Municipal,



com o Congresso Nacional. E a gente está aberto. Em relação a dados, a gente tem dados de atendimento, informativo da nossa rede, informações que podem ser colaboradas com a CPI.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigado, Secretário de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza, Demitri Nóbrega Cruz.

Nós vamos passar a palavra para o nosso último convidado. E eu gostaria que as pessoas que quisessem fazer uso da palavra que pudessem levantar os braços que nós inscrevemos. E seria... Então, eu vou pedir ao pessoal da CPI que possa colher os nomes e, depois, no término da fala do Dr. Maximiano, nós encerramos as inscrições.

Então, portanto, pedir ao pessoal de apoio para colher as inscrições. Temos duas pessoas inscritas.

E passo a palavra ao Sr. Maximiano Leite Barbosa Chaves, que é Perito-Geral da Perícia Forense do Estado do Ceará – PEFOCE, que nós deveremos estar amanhã provavelmente, fazendo uma visita. Iríamos hoje, mas não tivemos tempo para tanto.

Então, passo a palavra ao Sr. Maximiano Leite Barbosa Chaves.

O SR. MAXIMIANO LEITE - Pois não.

Eu saúdo a Mesa em nome das autoridades Erika Kokay, Liliam Sá, João Ananias, Gorete Pereira e Bethrose; saúdo o público em nome da Dra. Helena de Carvalho, Coordenadora de Medicina Legal da Perícia Forense do Estado do Ceará.

No nosso entendimento, a Perícia Forense está incluída perfeitamente dentro da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, mesmo porque a Perícia Forense tem como missão elaborar laudos de perícia por crime, com qualidade e em prazo legal, quando solicitado pelas autoridades. Tem como objetivo diminuir a impunidade através de provas materiais do crime.



Nesse sentido, ouvindo os depoentes presentes, elaboramos aqui um pensamento: quanto melhor a prova material do crime menor a possibilidade da impunidade, porque facilita a investigação e o trabalho do Poder Judiciário.

Nesse sentido, o Estado do Ceará está dando apoio à Perícia Forense, através de uma nova estrutura física, com um prédio da qualidade maior, podendo dizer, aqui do Brasil e da América do Sul — porque nós conhecemos todos. Os equipamentos foram todos facilitados através do Laboratório de Análise Clínica, através de exames de sangue e de urina. Nós temos hoje, nesse laboratório, a possibilidade de detectar, qualitativa e quantitativamente, qualquer droga na urina, vísceras e sangue. Temos um laboratório completo de DNA forense, de fonética e de vídeo-análise.

Nos recursos humanos — temos a estrutura física, equipamento e recursos humanos —, nós temos um concurso em andamento que admitirá 177 novos peritos, podendo ser até triplicado caso haja necessidade, e temos em andamento, para o Ceará, um congresso internacional de perícias médicas e perícias criminais, de âmbito nacional e internacional.

Então, nós acreditamos, assim, que a Perícia Forense tem muito a contribuir pra esses casos de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigado, Dr. Maximiano.

Nós, inclusive, estamos discutindo a possibilidade de um convênio entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça, para que nós possamos, inclusive, possibilitar os laudos pela saúde. Ou seja, nós tenhamos os médicos com capacidade, em alguns casos pelo menos, de estar elaborando laudos, para que nós possamos fazer, trabalhar de forma articulada entre a justiça e a saúde.

Mas nós temos duas pessoas inscritas, se não me falha a memória. Então, nós temos a Dra. Helena de Carvalho, Coordenadora de Medicina Legal do PEFOCE; e o Dr. Prof. Joatan... Podia pegar o nome, não é? Joatan Freitas.



Então, vou passar a palavra para a Dra. Helena de Carvalho, que é Coordenadora de Medicina Legal do PEFOCE, para que a senhora possa fazer uso dela.

A SRA. HELENA CARVALHO - Boa tarde a todos.

Eu queria saudar a Mesa e também parabeniza-la pela iniciativa da CPI, pela instalação da CPI, na pessoa da Presidente, Deputada Erika Kokay, e queria também dizer da minha felicidade de estar aqui.

Mas, antes de qualquer coisa, eu tenho que agradecer as palavras tão generosas da Dra. Ivana. Na verdade, nós trabalhamos muito bem articuladas, e isso tem dado um resultado muito satisfatório em termos, assim, de a gente conseguir alguma coisa de positivo em relação ao combate, ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Então, Dra. Ivana, muito obrigada, mais uma vez, por a senhora existir. *(Riso.)*

Então, assim, como diz o poeta, toda unanimidade é burra, e é por isso que eu vou me colocar bem à vontade para discordar de algumas pessoas que disseram aqui que detectar o abuso sexual é mais fácil do que detectar a exploração sexual. Na verdade, não é. O abuso sexual ele acontece de forma dissimulada, dentro das residências. E eu me arriscaria até a dizer que a maioria dessas crianças que hoje são exploradas sexualmente elas vêm egressas de famílias que abusam sexualmente dessas crianças e desses adolescentes.

E eu posso estar falando isso porque, por conta da minha formação, como pediatra e como médica legista há 30 anos, eu tenho acompanhado muito de perto esse problema. Eu tive a felicidade de defender minha tese de doutorado nesse assunto, projeto de pesquisa que foi desenvolvido nas dependências do IML, com os nossos casos daqui do Ceará. E nós chegamos a muitas conclusões importantes, e uma delas é da dificuldade de a gente conseguir enfrentar.

Mas fiquei muito feliz, Deputada, de escutar a senhora dizer que tem esperanças, porque, se a gente não tiver esperanças, a gente desiste. É muito difícil. É um problema difícil, é um problema complexo, mas que a gente não pode desistir



dele, porque a gente vai conseguir, sim, debelar isso. Mas a gente precisa ter determinação, a gente precisa estar sempre discutindo isso.

Não adianta vir instalar uma CPI, apresentar resultados e achar que resolveu o problema. Realmente a gente não vai resolver. Isso é histórico, isso é cultural. As crianças estão, sim, sendo abusadas dentro de casa. Todo o processo começa dentro de casa. E, se a gente não tiver uma luz acesa na cabeça, para estar detectando esses problemas, eles passam despercebidos.

E uma coisa que eu senti falta aqui, nessa Mesa, foi de um representante da educação. Os professores, eles têm, sim, muita condição de estar detectando esses casos de abuso, porque eles convivem diariamente com as crianças. Os médicos, principalmente os pediatras, eles detectam quando a criança já está com algum problema de saúde — e isso não tem mérito nenhum. Quando os casos chegam no IML, aí é que não tem mérito mesmo; quando o caso chega no IML é porque já passou pela Dra. Ivana, já houve a denúncia, já houve a notificação. Então, o que eu queria era que a gente estivesse focando numa ajuda às famílias a partir de uma prevenção. Eu acho que esse é um caminho, essa é uma luz que a gente tem que pensar para proteger essas crianças. Eu tenho também a felicidade de ser professora de Medicina de uma das faculdades de Medicina aqui do Ceará e eu costumo dizer muito para os meus alunos: *“Vocês nunca vão poder ser médicos e ir dormir com a consciência tranquila, sabendo que vocês estão suspeitando de um caso de abuso sexual e não tiveram coragem de fazer a notificação. Se vocês não tiverem coragem de fazer a notificação, façam anônima, mas façam. Não durmam tranquilos sabendo que tem uma criança que não conta com pai, com mãe, com responsável, mas que conta com um profissional, com o professor, com o médico, que desconfiou de que aquela criança estava sendo abusada e teve a coragem de notificar”* É perigoso? É, mas é porque existem riscos. Como diz Peter Drucker, existem riscos que a gente não pode correr, mas existem riscos que a gente não pode deixar de correr, e um deles é você denunciar, notificar um caso de abuso sexual contra criança e adolescente, quando aquelas pessoas que deveriam cuidar dessas crianças e adolescentes não estão fazendo isso de maneira correta. Gente, muito obrigada pela atenção de vocês. E eu espero bons resultados nesse trabalho. *(Palmas.)*



A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Helena de Carvalho.

E eu passo a palavra para o Assessor para a Política de Crianças e Adolescentes da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos do Governo do Estado do Ceará, o Prof. Joatan Freitas.

O SR. JOATAN FREITAS - Obrigado. Cumprimento a todos e a todas na pessoa da Deputada Bethrose, que é parceira nessa campanha contra a violência sexual. Destacar, parabenizar a Deputada Erika Kokay, a Liliam Sá e a todos pela campanha e registrar que, aqui no Ceará, nós respondemos um relatório, que ainda está incompleto, que poderá ser, que a CPI mandou para o gabinete do Governador. Nós ajudamos a responder esse relatório — ainda está incompleto, ainda faltam alguns dados. Citamos também algumas campanhas que são feitas em nível de parceria com a Assembleia Legislativa — a campanha Quem cala, Consente, com a Deputada Bethrose, que já falou aqui, que já explicou. Tem também uma parceria com o Governo Federal, o PAIR – Plano de Ações Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, de crianças e adolescentes. O PAIR já está sendo implantado em São Gonçalo do Amarante; em Fortaleza, se não me falha a memória já foi encaminhado, já foi implantado. E através do Governo do Estado, nessa parceria com a SDH – Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, faremos em 20 Municípios, incluindo São Gonçalo e Fortaleza, para participação da rede, para fortalecer a rede de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes. Tem também um projeto da Polícia Rodoviária Federal, uma campanha de coibir a violência sexual nas estradas, nas BRs. Aqui no Estado, já andamos conversando com a Secretaria de Segurança Pública e Desenvolvimento Social a possibilidade de esse projeto, em nível federal, a gente replicar aqui também no Estado. Estamos discutindo, articulando com a Secretaria de Segurança Pública esta parceria. Os desafios são enormes, só para começar, mas nós estamos aí também na campanha do Centro de Referência dos Direitos Humanos aqui no Estado, com sede em Fortaleza, que já tem também, se não me falha a memória o Demitri já tem essa questão do Centro de Referência dos Direitos Humanos da Prefeitura e também terá do Estado. Mas essa questão não é fácil trabalhar. Não basta o Estado ter a política pública, não basta a repressão. É



necessária uma mudança de postura, de cultura na sociedade. Eu trabalhei em sala de aula 18 anos e a gente convive, sente a dificuldade de, quanto encontra um problema, ter que enviar para o Conselho Tutelar ou ter que encaminhar para a delegacia. Isso, na própria Secretaria de Educação, que também participa desses projetos, inclusive na campanha contra o trabalho infantil, que é uma porta de entrada para a exploração sexual. O trabalho infantil, infelizmente, é uma porta de entrada para a exploração sexual, uma coisa que a gente tem que pensar. Ah, de vez em quando a gente encontra a mídia falando em prostituição infantil. Não existe prostituição infantil. Existe exploração comercial; existe abuso. É uma sentença que você dá a uma criança, a um adolescente. Em todo caso, a gente, do Governo do Estado, da Corregedoria de Direitos Humanos do Estado, representando o Dr. Marcelo Uchôa, a gente coloca à disposição da Deputada o relatório da Vereadora Eliana Gomes e da própria Comissão, no sentido de fortalecer a política de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes aqui no Estado. Nossos agradecimentos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Prof. Joatan.

Eu vou passar a palavra à Relatora, mas antes eu gostaria de solicitar à Vereadora-Relatora da CPI da Câmara Municipal de Fortaleza que nos pudesse... exatamente, entregar agora. Coisa boa. (*Palmas.*)

Esse relatório foi muito falado hoje. Foi falado pelo... Nós escutamos falar dele no Ministério Público; a juíza também falava sobre isso. Enfim, a Delegada falava que estava se detendo em analisá-lo, e nós ficamos muito felizes de também termos agora a oportunidade de nos deter sobre ele para que possamos beber do trabalho que já foi feito com o mesmo objetivo do que nós estamos fazendo em nível nacional.

Eu vou, então, passar a palavra para a Relatora. Em seguida, para os Deputados, por um prazo de 3 minutos, para que nós possamos caminhar para o encerramento.

Então, com a palavra a Relatora, Liliam Sá.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Bem, senhoras e senhores, Deputados, Vereadores presentes, todas as autoridades, eu fiquei aqui ouvindo. A gente fica até meio assim sem saber o que falar, porque já é o terceiro Estado pelo qual passamos, desde que a CPI foi instalada em abril, e são sempre as mesmas reivindicações, sempre as mesmas falas, e não tem mudado muita coisa, não é? A gente fica vendo que as crianças continuam sendo vitimizadas, exploradas, abusadas, e a gente vê que a impunidade continua imperando. E isso traz para a gente uma revolta muito grande.

Esse caso que foi relatado pelo Mário Mamede é revoltante; revoltante e traz uma indignação, que as pessoas que estão assistindo — e vão assistir, porque amanhã deve reprisar, não é; está ao vivo e vai ficar reprisando — vão ficar também indignados dentro de suas casas. Vão falar: *“E se isso fosse com meu filho, com a minha filha? Que tipo de sociedade é essa que eu quero, é essa em que vivo? Que democracia é essa?”* E a gente fica pensando: por quê? Até quando a impunidade vai se sobrepôr à Justiça, não é, Doutora? E...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É de Fortaleza, mas a gente é *(risos)*... Cada um fala de onde pode, não é? E a gente fica sem saber o que fazer. Nós somos Deputados Federais; há os Deputados daqui, do Estado, que devem se sentir também até constrangidos com esse tipo de relatos de Vereadores, de Deputados Estaduais. Devem se sentir até mal, quando é colocado dessa maneira que foi colocada ali. A gente fica estarecida. O que eu vou fazer? O que vai acontecer? Então, as autoridades têm que tomar providências. Esta aí a Polícia. Cadê a Polícia? *(Pausa.)* Cadê a Polícia Federal? Estão ali as mulheres *(risos.)* Mas olha, realmente, isso aí está acontecendo não só aqui; acontece no Brasil todo, e nós sabemos disso.

Eu recebi algumas denúncias hoje, Dra. Joana. Eu pude ouvir aquelas meninas e vi que aquela menina de 17 anos ela estava levando as outras meninas para a prostituição. E eu perguntei: vocês já tiveram sexo? Só uma, até hoje, que é virgem, que é a irmã da que tem 17 anos, o menino, todos já tiveram relações sexuais.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Fale no microfone, por favor, para poder ficar...

A SRA. IVANA TIMBÓ - Uma das meninas nos relatou que a primeira relação sexual dela havia sido com 6 anos. E o que mais me chamava a atenção era o deboche delas, entendeu? E o histórico de vida delas também. O pai, um estava preso; a outra, a mãe estava com câncer; o outro estava com HIV. Então, é assim, uma história muito triste.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É. O que eu pude sentir ali é que elas não estavam nem aí para a vida, não sabem nem o que estavam fazendo, e falaram assim: *"E aí? Agora você se ferrou."* Para a de 17 anos: *"você vai ficar presa, porque você estava explorando a gente"*. São umas coisas, assim, que a gente fica até impotentes. Imagine a senhora, ali, tendo de tomar providências. *"Eu vou me matar se eu for para o abrigo. Eu vou morrer se eu for para o abrigo."* Como se o abrigo fosse a pior coisa do mundo e que a rua fosse muito boa, que a situação de rua, de serem explorados, fosse, assim, uma coisa maravilhosa, e que o abrigo fosse, assim, uma coisa que fosse prisão para eles, não é? Então, é uma situação muito ruim.

Eu me baseei em cima do relatório da Vereadora Eliana Gomes, do que saiu na imprensa. Não tive acesso ao relatório final. Estava até pedindo. Ia pedir uma cópia. Está aqui. Muito obrigada pelo relatório. Um excelente trabalho, um belo trabalho, e o Estado do Ceará tem feito um trabalho maravilhoso em relação ao combate à exploração sexual de uns 10 anos para cá. Eu estive aqui e sei como é, eu tenho acompanhado. Uma vez, foi o ano passado, eu liguei para a Gorete: *"Gorete, estou aqui, na praia. Tem uma menina em situação de rua. Me ajuda um abrigo; manda uma viatura."* Não foi?

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Foi.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu mandei a Gorete levar uma viatura para a praia para poder tirar uma menina que estava lá, uma menina com



uma criança nos braços também, no sereno, numa situação ruim, e eu pedi a ela socorro. Eu falei: “*Eu estou aqui de turista.*” E eu pedindo socorro para a Gorete.

Então, gente, é uma situação complicada. Eu gostaria de fazer algumas perguntas, e as perguntas em cima do relatório final desta CPI. Vou falar do agora.

A CPI denunciou hotéis, motéis, restaurantes envolvidos na rede de prostituição infantojuvenil. Eu quero saber: houve prisões? Processos? Foram fechados esses estabelecimentos? Foram cassados os alvarás? Como está a situação desses estabelecimentos que foram denunciados, Vereadora?

Outra coisa — pode ir anotando, para a senhora me responder. Foi-me denunciado que na Rua dos Tabajaras menores dançam nuas em vitrines de boates dessa rua. Quem conhece essa rua Tabajaras? Quantas boates tem nessa rua? (*Pausa.*) Muitas boates. E é verdade que os voos *charters* ainda existem? Já vêm direto para essa rua?

A SRA. ELIANA GOMES - Não. Pouquíssimos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pouquíssimos? Hã, eu quero saber a verdade, porque, até agora, vocês só me falaram maravilhas aqui. Então, eu saí daqui e fui lá para trás para poder saber algumas coisas. Então, que os voos *charters* ainda existem e que eles já chegam direto, já com entrada direto para essas boates, e que há menores nisso. Inclusive uma delegada foi vista — uma delegada; não vou dizer quem falou; era uma delegada da Delegacia de Turismo. Foi falado isso. Foi denunciado. E que ela estaria até empurrando uma menor, com arma e tudo, para dentro de uma boate dessas. E eu quero dizer uma coisa... Isso, alguns anos atrás. Não sei quem é; não vou falar, porque isso é uma coisa da CPI. Só estou falando aqui. E outra coisa. Isso é sigilo da CPI. Vai ficar...

A rede de exploração sexual infantojuvenil eu quero saber se está ligada, direta ou indiretamente, com o tráfico de drogas. Se vocês já tiveram algumas prisões, se já tiveram algum envolvimento em relação a isso.

Outra coisa... Eu quero traçar uma linha. A Erika faz uma linha na questão do orçamento, e eu faço uma outra linha na questão da investigação. Então, eu preciso



saber desses pontos. Então, a gente se divide, aqui, nos trabalhos. Ela vai fazer um outro tipo de pergunta.

E eu quero saber de vocês... A faixa... O que denunciaram também, o que a CPI denunciou é que a faixa etária das crianças teve uma redução. A idade está cada vez menor. Isso é porque um número... E eu queria saber por quê. As crianças... O atrativo... As outras ficaram mais velhas e têm um atrativo especial?

A pedofilia cresceu muito aqui, no Estado do Ceará? Eu quero saber quantos pedófilos foram presos nos últimos anos e quantas condenações reais houve.

Está bom?

Por enquanto, é só.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu vou passar a palavra para o Deputado João Ananias, que já anunciaram que ele terá que se retirar, porque tem que pegar um voo para Brasília.

O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS - Eu quero só, como cearense, louvar a presença da CPI aqui. Não por eu estar presente, mas principalmente pelas Deputadas. Eu acho que esta questão... E aí é a sensibilidade, é o compromisso e é o sentimento que a Erika, a Liliam e a Gorete e as outras duas Deputadas, a Bethrose, a Deputada Fernanda, a Deputada Patrícia, com certeza, elas, como a Dra. Helena falou aí, de forma tão emocionante, vocês têm uma capacidade imensa, e imensamente superior à nossa inclusive. Nós enxergamos de um jeito, e vocês, do outro. Até porque nós temos um vezo atávico do machismo, infelizmente, que tem um papel fundamental nisso!

Eu coloco sempre que o crime sexual é um desequilíbrio entre razão e instinto. A educação garante a superação pelo instinto, ou melhor, pela razão, e o instinto fica ali, latente, atávico, da época dos bandos, ainda, do comunismo primário.

Então, é fundamental que nós tenhamos, nesta CPI, com a presença dessas duas, a Relatora e a Presidenta, além da Deputada Gorete e de outras, e do Padre Zé, aqui, como nosso representante na CPI, eu e tantos outros possamos contribuir.



É isso que foi dito aqui. Nós não podemos ficar eternamente fazendo CPIs! Tem que ter consequência! Esse relatório que a Vereadora Eliana preparou, também como mulher, na Câmara, ouvindo, fazendo todo esse trabalho percuciente que ela fez, de se arriscar e tudo o mais — e eu sei como foi feito —, eu acho que vai contribuir muito com essa questão.

Portanto, eu quero, tendo que sair, encerrar, colocando para a CPI a gravidade de... Todas são gravíssimas. Não há um crime de abuso ou de exploração sexual que não seja grave. Todos são gravíssimos! Esse que o Deputado Mário Mamede coloca é pelo tempo: o sujeito julgado há quase 10 anos! Alguém está sentado em cima desse processo no Tribunal de Justiça! Está aí, no Tribunal de Justiça! Eu falei com a Ministra Maria do Rosário, e ela lacrimejou os olhos quando viu o relatório. Ela ficou absolutamente pasmada de não estar essa questão ainda sendo... Foi julgada e ficou por isso mesmo! Quer dizer...

Então, eu acho fundamental que a CPI abrace. E a minha sugestão — se for preciso, faço por requerimento — é que abrace essa questão, esse caso, que é escabroso no Estado do Ceará, em que 12 pessoas, segundo já consta, já foram assassinada por conta... É um rosário de crimes que vêm se sucedendo, inclusive parece que dois já este ano; um no final do ano passado e um este ano.

Então, são casos muito graves, que o Mário vem há uma década agarrado com essa questão e não consegue resolver. Então, é fundamental que nós...

E outra coisa: é um crime com uma amplitude imensa e com conotação política, porque é gestor do Município. É médico! Ele é médico, infelizmente.

Mas, então, é isso. Eu queria agradecer a V.Exa., Deputada Erika Kokay, e a Liliam e a Gorete, o Padre José Linhares, esse grande mestre, e as Deputadas Estaduais, e todos os presentes. A Delegada Ivana, que, pela sua... A que saiu aí e a Helena, que tem... Essa conjunção de vocês, esse trabalho, acho que é fabuloso.

E concordo com o que disse o Maximiano, nosso colega: realmente, a estrutura do IML hoje avançou muito. Nós temos condições de, realmente... Temos um equipamento à altura para poder encarar esse desafio. A parte científica dá para se resolver aqui, porque tem estrutura hoje montada para isso.



Portanto, um abraço a todos. Muito obrigado. Eu vou ter que sair porque vou pegar um avião. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigado, Deputado João Ananias.

Você queria falar alguma coisa, Maria?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, nós vamos responder. Tem mais perguntas.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - É importante que seja esclarecido...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, a senhora vai ter direito de esclarecer, responder, esclarecer, enfim, utilizar a palavra como queira.

Você quer utilizar a palavra agora? Não?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Fale no microfone, para a gente poder gravar.

O SR. DEMITRI NÓBREGA CRUZ - Eu creio que falei até demais; abusei do tempo. Eu queria só, oportunamente, entregar alguns documentos relativos a esse caso Elosman, porque não é só a questão do tempo e da impunidade; é também a questão da situação de Milagres hoje, que é uma cidade em que as pessoas não saem à noite com medo, e algumas estão ameaçadas. Eu queria poder entregar à Relatora ou então à Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

Eu vou pedir às Parlamentares aqui da Casa que possam tirar uma coisa.

Quero perguntar à Deputada Gorete se quer dizer algumas palavras.



A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu quero esclarecer logo
(*ininteligível*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos passar primeiro para os Deputados.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - É?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É. Para os Deputados poderem fazer suas perguntas, e a senhora responde.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas vocês vão me dizer se outros Deputados vão querer fazer outras perguntas.

O senhor quer fazer perguntas, Deputado... Porque aí a senhora responde todas antes de ir embora.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Eu tenho que sair.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputado Padre Linhares, para suas perguntas e considerações finais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Bom, realmente a gente fica estarecido pela descrição, por exemplo, do Mário Mamede. E o João, aqui, me complementou outros episódios que a gente acha quase chegando às raias do absurdo.

No entanto, eu gostaria de dizer que o Ceará já deu alguns passos qualitativos ao encontrarmos aqui uma equipe que eu chamaria de dedicada, uma equipe querendo realmente encampar o problema como se fosse algo vital para a vida deles. Quando eu ouvi aqui o depoimento da Dra. Helena e da nossa Ivana, de todo o pessoal, aqui da nossa grande Vereadora, que fez um trabalho extraordinário, a gente, então, faz com que a chama da esperança comece a nascer. Se nós ficarmos simplesmente na lamentação, ou acreditarmos no desespero, eu penso que nós não sairemos do lugar.



Então, eu assisti aqui, hoje, a alguns passos qualitativos que estão sendo dados. Eles não são ainda a solução que cada um de nós está esperando, ou que desejaríamos ter. No entanto, eu acho que, neste instante, quando esta Comissão se desloca, estamos a dizer, mais uma CPI, mas quem sabe se nós, da CPI, lá, da Câmara dos Deputados, nós queríamos... E a Erika e a nossa Relatora estão bastante conscientes de que nós vamos trabalhar em políticas públicas. Ou políticas públicas acontecem, ou realmente nós não vamos fazer nada. Então, nós vamos trazer sugestões bem práticas e levar essa sugestão ao Poder Executivo, ao Poder Judiciário, ao nosso Poder Legislativo, levar aos Srs. Governadores, para que nós possamos ter meios. Eu acho que faltam meios.

Falou-se aqui em orçamento. Quando eu vejo aqui a nossa doutora tão dedicada, ainda insone, sem dormir — parece que ela saiu agora para dormir um pouco... Então, esse é um exemplo de dedicação. É um testemunho de que alguém está empenhado na causa.

Então, eu queria parabenizar vocês. Apesar de todos os aspectos negativos, nós devemos olhar também para os positivos, porque esses positivos é que nos estimulam a continuar a luta.

Eu acredito que essa luta não termina nesta CPI. Eu, quando comecei minha fala, disse que nós tínhamos de entrar num grande mutirão: convocar colégio, sociedade civil... E eu dizia, no início, que sem a reestruturação da família nós não vamos ter resultados.

Então, eu queria agradecer a todos vocês, parabenizá-los e pedir à minha Presidente: Presidente, eu sou Presidente do partido aqui. Aí vem um grupo de Vereadores querendo agora um encontro. Infelizmente, eu tenho de pedir licença à senhora para me retirar. Mas parabéns e boa noite a todos vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigado pela participação, Deputado Padre Linhares.

Deixo a palavra para a Deputada Gorete.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Pelo avançado da hora, eu só quero dizer que uma das recomendações que nós vamos fazer nesta CPI, e que



seria uma coisa que está por unanimidade, realmente é a gente estimular a parte educacional do Brasil, onde a gente puder, realmente: ou criando uma disciplina sobre esse problema da infância e da adolescência, para existir em nível médio dos colégios, ou a gente criar pessoas, professores da rede de ensino. Que seja feita com eles uma reciclagem, onde eles possam receber uma orientação grande, que eles possam levar para suas salas de aula.

Então, isso também está sendo uma das coisas que nós estamos discutindo na CPI. Com certeza, esta Comissão está de parabéns com a Dra. Erika e a Liliam, como Relatora, e todos os membros da CPI, para que a gente tenha um resultado, um resultado prático que dê para modificar realmente essa situação em termos de Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, nós vamos agradecer à Deputada Gorete.

Eu gostaria de fazer algumas considerações e algumas perguntas.

A primeira delas diz respeito... Eu já soube que não há um plano de enfrentamento da exploração sexual por parte do Estado. Acho que o plano está sendo atualizado. Há um plano, mas está sendo atualizado.

Esse é um instrumento absolutamente fundamental, imprescindível, para que nós possamos trabalhar nos aspectos — e eu gostaria que o senhor pudesse falar sobre isso, Prof. Joatan —, para que nós possamos trabalhar na seguinte lógica: a lógica, primeiro, da territorialização, que é um pouco o PAIR. O PAIR trabalha com isso: a identificação de redes, enfim. É a lógica da intersetorialidade e do protagonismo, ou seja, de resgate da condição humana dessas crianças e desses adolescentes e das suas famílias — eu concordo que a estrutura da família é absolutamente fundamental, mas sem querer culpabilizar as famílias, porque, via de regra, também são vítimas de uma série de violações.

É preciso, portanto, que o Estado possa fazer com que essas famílias tenham condições de se estruturar no que for possível, mas não se pode abordar criança e adolescente ou fazer política de criança e adolescente sem se considerar a



necessidade de resgate e de identificação de vínculos, de empoderamento de vínculos, de fortalecimento de vínculos, ou seja, sem se considerar a família.

Eu não sei se há plano municipal, e eu gostaria que o Secretário pudesse responder se há um plano municipal de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu gostaria de saber qual é a destinação orçamentária, tanto do Estado quanto do Município, para políticas em defesa dos direitos da criança, porque não adianta a construção de planos, se não há previsão orçamentária para que eles possam vir a ser executados.

Penso que nós vimos, já por duas vezes, duas falas, hoje, tanto a fala do promotor quanto a fala da delegada, que diz respeito à não consciência da situação de exploração. Portanto, a não consciência da situação de exploração. É óbvio que nós temos uma sociedade onde a mão invisível do mercado adentrou a cidadania da intimidade e está capturando desejos, comportamentos, enfim, e que os desejos não são mais frutos e síntese das relações familiares ou comunitárias. Via de regra, os desejos são engolidos como pílulas prontas, derramadas dentro das próprias casas, numa sociedade em que é óbvio que vai criar uma dissintonia, porque ela diz: *“Consuma para eu te valorizar”*, e não dá o direito de consumir.

Então, nós falamos que a pobreza empurra. Mas nós falamos também que a lógica do consumismo — e eu vejo; folheando, aqui, o relatório da CPI, nós vamos ver isso —, mas quem vai me proporcionar o tênis, ou quem vai me proporcionar o vestido, as roupas, os perfumes? Quem vai me proporcionar isso?

E nós temos uma cadeia de vitimização. As crianças e os adolescentes são vitimizados pela pobreza, vitimizados porque não vivenciam sua sexualidade, seus direitos sexuais, sua condição humana; são vitimizadas porque sua fala, muitas vezes, não é considerada; e são vitimizadas porque são culpabilizadas.

E particularmente a visão da sociedade no que diz respeito... Há uma diferença entre a criança vitimizada e o adolescente e o adolescente vitimizado. Então, há uma diferença nesse sentido, quando em verdade, nós estamos assegurando e buscamos assegurar os direitos de crianças e adolescentes.



Portanto, nós precisamos de políticas públicas. Políticas públicas não nascem do nada; elas nascem de um planejamento do próprio Estado, ou seja, do Poder Executivo, de um planejamento. Se nós formos falar, inclusive atende ao caráter tangível do próprio enfrentamento do abuso sexual que se dá dentro de casa, via de regra — tem uma diferença com relação à exploração sexual. Mas mesmo assim é preciso ter campanhas e políticas de prevenção, que, ainda assim, ainda que nós falemos que é um problema cultural — e tem um aspecto cultural, porque o Brasil não fez o luto do colonialismo, do patrimonialismo. Por isso eu penso que a corrupção, a exploração sexual são facetas de um mesmo processo, um processo de se sentir dono do outro ou dono do que não é seu. Então, se apropriar do que não lhe pertence, inclusive coisificar as crianças, coisificar os adolescentes, e, ao mesmo tempo, utilizar os recursos públicos como se fossem privados. É a herança do colonialismo, do patrimonialismo. É a herança da escravidão. Enfim, é a herança da ditadura, quando a população não tem mais capacidade, ou é retirada dela a condição de ser dona do seu próprio destino.

Portanto, são facetas de um mesmo processo e heranças de um País que não faz os lutos dos seus períodos traumáticos. Mas eu diria que nesse processo a capacidade do Estado de fazer políticas, de discutir, de qualificar a educação, que todas essas ações devem ser previstas no plano de enfrentamento, é absolutamente fundamental. Ou seja, a senhora estava lá e viu o promotor quando dizia, o que foi dito em seguida de forma absolutamente similar pela delegada.

É muito difícil que a gente possa fazer um inquérito ou um processo andar, porque essas crianças e esses adolescentes não se sentem explorados, não se reconhecem na situação de exploração sexual. Acha que, porque foram remunerados, eles não são explorados. Então, pense no que isso significa no entranhamento e numa internalização de uma naturalização de uma relação, que é uma relação comercial. Não importa se eu não tenho o meu corpo, mas eu estou sendo remunerada por não tê-lo.

É uma sociedade em que essa lógica de coisificação, de consumo está intensa. Mas isso não significa que a cultura é um tapete espesso em que vou jogando todas as violações de direitos para justificá-las. A cultura significa apenas



que é um processo que foi construído e, se foi construído, pode ser desconstruído. Por isso a importância da atuação do próprio Estado e da própria e sociedade civil no que diz respeito ao processo de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Por isso eu diria o seguinte: aqui também foi muito falado sobre a sofisticação dos métodos. Nós sabemos que há uma sofisticação dos métodos, e que nós já vimos isso, vimos em outros Estados onde você enfrenta a exploração sexual em determinado local, em determinado território. Há um deslocamento. Há o deslocamento das formas, as formas virtuais, Internet. Elas passam a ser mais utilizadas, e isso indica apenas que é preciso ser constatado para que o Estado possa fazer frente a isso. Ou seja, se nós temos perícias, se nós temos um processo de investigação, ele tem que considerar a existência de profissionais de tecnologia de informação, para que eu possa contribuir nesse processo, para que as polícias possam fazer isso.

Então, por mais que a gente ande e argumente todos os aspectos que alimentam a exploração sexual e a naturaliza, por mais que gente entre em todos esses aspectos, sejam culturais, seja o não reconhecimento da situação de exploração, a função do Estado é imprescindível. E a função do Estado pode contribuir para esse enfrentamento, qualquer que seja o aspecto em que ele se dá e qualquer que seja a forma como ela se coloca.

Por fim, penso que é extremamente grave a situação de Milagres. Acho que é grave essa situação, e que simplesmente nós não podemos conhecê-la. Eu estava folheando a CPI que houve na Assembleia Legislativa, que houve aqui algum tempo atrás, me parece, e ali, tendo um relatório, é falado desse Hellosman. Eu gostaria que gente pudesse ter acesso a isso também. Mas eu vi o relatório da CPI, nós vimos esse Hellosman, que, via de regra, ele é citado, ele é falado, e na nacional também. Então, não podemos... Isso é um símbolo. Eu sei que não existem muitos Hellosmans.

Nós tivemos o depoimento da irmã Henriqueta, que é do Pará, que trabalha muito na Ilha de Marajó que tem vários Municípios. E ela dizia também de vários casos de pessoas influentes que, inclusive, mudam laudos. Mudam laudos, mudam



exames de DNA. Enfim, o nível de influência violenta o próprio Estado na sua capacidade de ser democrático e de ser um Estado de Direito.

Mas a gente sabe que existem outros Hellosmans, digamos assim, espalhados pelo Brasil afora. Mas um caso como esse, que já foi objeto da CPI local, e foi objeto da CPI nacional, ele tem que ter uma reação ou tem que ter uma ação da nossa CPI, desta CPI que está em curso, para que possamos, enfim, ter as condições de atuar sobre isso. Nós vamos analisar o caso. Analisar.

No caso que foi falado do Estado do Pará, cabe a federalização, que é uma discussão que a gente tem que fazer na Câmara Federal, inclusive o Mário Mamede sabe disso, do projeto de federalizar os crimes contra os direitos da pessoa humana. E é preciso que a gente trabalhe também na federalização dos crimes contra crianças, os direitos humanos de crianças e adolescentes, mas é preciso federalizar no caso do Pará, penso eu, porque a estrutura está absolutamente corroída, envergada pelos interesses do poder econômico e do poder político.

Esse caso do Hellosman nós vamos ter que analisar, mas nós vamos ter que nos posicionar sobre ele e vamos ter que, talvez, fazer uma diligência em Milagres. Temos que analisar o caso pra ver qual é a melhor ação que nós podemos desenvolver. Mas há o compromisso nosso, meu, da Deputada Liliam e penso que do conjunto dos membros da CPI, de que nós possamos analisar o caso e, a partir dessa análise, estarmos discutindo e pautando pra próxima reunião da CPI, que só se dará no mês de agosto. Nós vamos entrar em recesso nesta próxima semana, mas que nós possamos discutir e apresentar sugestões pra que nós possamos ter uma atuação.

E, por fim, dizer que nós sentimos a presença da Prefeitura. Sentimos a presença da Prefeitura na Vara, onde existem profissionais que foram cedidos pela Prefeitura, também a presença da Prefeitura na delegacia. E achamos que é muito importante que isso aconteça, que a gente possa fazer esse sistema único, que possa ter esse diálogo entre o Município, entre o Estado e entre o Governo Federal, no caso objetivo aqui, com relação ao PAIR.

E achamos que é importante que nós possamos repensar. Não é repensar o SUAS — o SUAS eu penso que é uma grande conquista da população brasileira —,



mas que nós possamos repensar o recorte de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes dentro do SUAS. Porque o Projeto Sentinela tinha uma especificidade que se perdeu nos CREAS. Por isso a importância do Projeto Aquarela, que nós conhecemos hoje na delegacia. Não tínhamos conhecimento dele, que é um projeto da Prefeitura, que eu acho que busca fazer esse recorte.

Então, nós não podemos ter um CREAS onde seja diluído, penso eu, o enfrentamento, porque o CREAS trata de uma intervenção especializada. E essa intervenção especializada tem que ter uma forma e uma abordagem mais aprofundada, mais singularizada no que diz respeito à exploração sexual, ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

É uma coisa que nós estamos discutindo na CPI porque nós, folheando esse relatório, por exemplo, nós vamos ver que é importante detectar as redes, detectar como funciona, o *modus operandi*, mas que muito já foi feito. Aqui, particularmente, no Ceará, muita coisa já foi feita. Já teve várias CPIs aqui, CPI municipal; CPI municipal, de que a Deputada Gorete, quando era Vereadora, muito tempo atrás, participou também; CPI estadual. Nós tivemos uma participação muito grande na luta contra a exploração sexual aqui no Estado do Ceará.

Portanto, é preciso, sim, continuar nesse processo de identificação, mas estar apontando como nós vamos nos organizar para responsabilizar, como nós vamos nos organizar para o atendimento e para a prevenção. E aí penso que a prevenção é acabar com as diversas fomes. O ser humano não tem só fome de pão, tem fome de beleza, tem fome de justiça, tem fome de alegria, tem muitas fomes, e essas precisam ser saciadas, particularmente num período onde as singularidades são negadas e quando nós não temos espaços de vivência da pessoa, e elas vivem o que dizem que elas têm que viver, sem que elas possam fazer o diálogo de pessoas com pessoas e numa sociedade onde nós temos, a cada dia que passa, um nível de violência que demonstra que o outro não está sendo encarado com os mesmos direitos.

Então, há o adultocentrismo, que deixa suas brechas. E essas suas brechas precisam ser ocupadas para que nós possamos fazer uma contra-hegemonia. Nesta



sociedade patriarcal, ele vai-se expressar de várias formas e vai-se aliar à lógica da coisificação, que aqui já foi falada pelo Secretário Demitri.

Portanto, com essas considerações, eu passo para a nossa juíza, que está querendo falar, esclarecer alguns aspectos. Penso que depois poderia fazer uso da palavra o nosso Secretário, o representante da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. E pergunto se alguém mais que está compondo esta Mesa gostaria de fazer uso da palavra.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ela tem que responder às perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Vereadora também.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - As duas têm.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, pronto. Então, vamos fazer o seguinte: nós vamos passar para a nossa juíza, passar para o Secretário, para o representante do Governo do Estado e para a nossa Vereadora.

Nós gostaríamos de conversar com o Governador amanhã.

A SRA. FERNANDA PESSOA - Nós vamos amanhã, às 10 horas. Está marcado para as 10 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está marcado? Está confirmado?

A SRA. FERNANDA PESSOA - Confirmado.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Já está marcado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque, conversando com o Governador, nós abrimos mão do esforço de convocá-lo. E nós vamos tentar... E nós estamos fazendo isso com todos os Governadores, não só com o do Ceará. Nós estivemos com a Governadora do Rio Grande do Norte.

E vamos ainda — e eu vou fechar com isto — aguardar os dados da delegada, que ficou de nos encaminhar alguns dados, e ver quais são os dados que



não puderem ser respondidos nesta audiência. Se a senhora pudesse também depurar mais os processos, o nível de responsabilização e nos encaminhar a *posteriori*...

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Eu tenho a última estatística.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está aí?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Está.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, muito bem. Então, pronto.

Vou passar, então, pra J=juíza, a Dra. Maria Ilna, depois para o nosso Secretário, o representante do Governo do Estado, e pra nossa Vereadora Eliana.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Olhe, o que eu ouvi muito aqui é que... os problemas das CPIs. Realiza-se CPI, continua novamente aquela mesma pessoa, acontecendo isso. Aí o que é? A impunidade.

Como eu comentei na minha fala primeira, a Justiça não se forma só de juízes. A Justiça é formada pelo representante do Ministério Público, juiz e defensor. Então, eu acho que está acontecendo muito aqui, nos problemas das CPIs, viu, Doutora, é que existe a CPI, vai pro representante do Ministério Público, o Poder Judiciário recebe a denúncia do representante do Ministério Público. Então, o Ministério Público vê que não tem condições de indiciar, às vezes pede diligências à delegada, a delegada não tem como fazer, e aí não dá em nada. Muitas vezes não dá em nada a CPI por isso. Entenderam como é a situação, o desenrolar? Termina a CPI, manda pra todos os... manda para o promotor, manda para o Secretário de Segurança Pública. É incrível.

Hoje não está aqui presente o representante do Ministério Público, porque ele podia muito bem responder a essa pergunta aí. Eu estou aqui respondendo por ele. Se ele não vê indícios para denunciar, ele não denuncia, ele pede diligência à delegada. E eu tenho certeza de que o problema que houve foi esse. Só com a CPI, não dá pra denunciar. É muito difícil. É bom que o Ministério Público esclareça isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E essa rua Tabajara?



A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Sim, não impor... Para existir uma denúncia, não é só a rua Tabajara e...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - São aquelas meninas que estão lá dançando nuas?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Sim, mas isso tem que ser investigado pela delegada. Tem que haver um inquérito. Pra todo processo tem que haver um inquérito. Então, não existe inquérito...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas é verdade que elas ficam nuas na vitrine, dançando?

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não, isso aí eu não sei. Isso aí eu não sei. Tem que haver uma investigação e um inquérito.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A delegada foi embora.

A SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não existe inquérito. A delegada foi embora, não existe representante do Ministério Público pra dizer isso. Então, o que chega ao Poder Judiciário é resolvido. Agora, o que não chega não pode ser resolvido. Está bom? Até logo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dra. Ilna, nós temos consciência disso. Nós temos consciência de que muitas vezes o Poder Judiciário faz parte de uma rede de inoperância, mas, em grande medida também, o Poder Judiciário, se não há uma boa estrutura e um bom inquérito, ele não consegue...

Portanto, a gente vai estar sempre voltando pro Executivo. A gente sai daqui e volta pra responsabilidade do Executivo. A gente sai daqui e volta pra responsabilidade do Executivo, que se nós estamos falando de polícia, estamos falando de Executivo, de o Poder Executivo dotar as polícias de condições suficientes para fazerem bons inquéritos. Se nós estamos falando de cultura, nós estamos falando de Executivo, porque significa impor uma política cultural em que as pessoas possam se reconhecer enquanto sujeitos dentro de um movimento cultural. Enfim, nós vamos estar sempre retornando ao Poder Executivo.



Por isso, eu passo a palavra agora para o representante do Executivo Estadual, depois para o do Executivo Municipal e, por fim, para a nossa Vereadora.

O SR. JOATAN FREITAS - Obrigado.

Acredito que a Delegada, Dra. Ivana Timbó, já deu bastante mostra do empenho da equipe e do trabalho. Do ponto de vista da estrutura, o desejo do Estado e da sociedade civil é melhorar e trabalhar cada vez melhor a política pública de enfrentamento.

A Deputada Erika Kokay levantou três pontos que eu gostaria de nesse tempo poder trabalhar.

O Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes ele já tem um plano, só que ele está defasado, ele precisa ser reavaliado, reformado. A ideia é fazer isso conjuntamente com a sociedade civil e não apenas o poder público, não apenas o Estado e sua estrutura, mas trabalhando com os movimentos sociais, com as organizações, inclusive por uma questão de legitimidade e porque o plano não funcionaria sem a participação da sociedade civil.

Estávamos conversando há pouco tempo, eu e a Lídia Rodrigues, e a ideia da gente é providenciar para que a gente possa ter o mais rápido possível, dentro do ritmo do movimento social e do Governo do Estado, a elaboração desse plano estadual ou a reformulação dele em parceria com o Município inclusive.

A intersetorialidade faz parte, do ponto de vista legal, do turismo, um item lá no plano de governo do Estado, que garante, do ponto de vista legal, a intersetorialidade da política pública de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil. Mas, além da questão do plano de governo, essa questão está colocada na criação de um comitê de gestores de direitos humanos. Esse comitê reúne todas as Secretarias do Governo do Estado, onde a gente pode, observando a demanda de cada Secretaria, trabalhar a política pública equivalente à política dos direitos humanos, no caso, do enfrentamento à violência sexual infantojuvenil. E aí você tem a SEDUC, você tem a Saúde, a SESPOT, a STDS, a SEJUS e várias Secretarias do Governo do Estado que participam desse comitê gestor, para a gente poder efetivar a questão da intersetorialidade.



A questão do protagonismo juvenil. A Secretaria de Educação é quem mais trabalha a questão do protagonismo. Lá tem um programa chamado e-Jovem, que trabalha o empreendedorismo, que trabalha a questão do protagonismo e trabalha a questão da linguagem, da matemática, e várias outras questões. Tem também um programa chamado Condomínio Digital, que é executado juntamente em parceria com o terceiro setor, na SEDUC, que possibilita o engajamento ao trabalho, ao primeiro emprego na SEDUC. Também tem as escolas profissionalizantes. O Governo do Estado já trabalhou e já tem.

A própria SEDUC, Secretaria de Educação do Estado, já realiza algumas campanhas de enfrentamento à questão da violência sexual. Uma foi a campanha em parceria com a Deputada Bethrose, a campanha Quem Cala Consente, que reuniu vários Municípios do Estado, com parceria da Secretaria de Educação e também de vários Municípios do Estado do Ceará, e a Caravana contra o Trabalho Infantil.

A Caravana contra o Trabalho Infantil é entendida como um processo de que a criança é abandonada. Ao ser abandonada, ela está exposta ao tráfico, está exposta à violência sexual.

A SEDUC participou juntamente com a sociedade civil, o Ministério Público do Trabalho, Dr. Antônio Lima, que é um ícone aqui no Estado do Ceará, acredito que no Brasil, de combate ao trabalho infantil. As 20 regionais, os 20 CREDEs da SEDUC se empenharam. Inclusive essa campanha deve estar terminando agora. Terminou agora, no mês de junho, a Caravana contra o Trabalho Infantil.

Acho interessante a questão da federalização para os crimes de direitos humanos e para os crimes de crianças e adolescentes. É uma campanha que a gente deveria trabalhar e fortalecer.

Do ponto de vista social, o Governo do Estado se compromete a trabalhar o desenvolvimento da sociedade, o desenvolvimento econômico, possibilitar esse crescimento que o País está vivendo para que o Ceará também possa vivenciar. O Ceará já está tendo esse crescimento do ponto de vista econômico. Precisamos também crescer do ponto de vista social, do ponto de vista do desenvolvimento das boas ideias e da plataforma de segurança social.



Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o orçamento?

O SR. JOATAN FREITAS - É, o orçamento nós respondemos na questão do relatório. Ainda está incompleto. Nós estamos pesquisando junto à Secretaria de Segurança Pública, junto à própria SEDUC e à STDS e à SEJUS para complementar a questão dos informes do relatório. Alguns são em parceria, outros são recursos do próprio Governo do Estado, que são diretos e indiretos. Alguns voltados mais diretamente para a questão, alguns projetos da STDS, e outros, de forma indireta, quando você fortalece a estrutura, no caso da educação, da saúde e da Secretaria de Segurança Pública.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Professor, a gente precisava saber a dotação orçamentária, o nível de execução orçamentária.

O SR. JOATAN FREITAS - É, aí eu vou ter que realmente fazer um levantamento mais detalhado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas isso vocês não têm informatizado, não?

O SR. JOATAN FREITAS - Não, tem. Cada Secretaria tem. Nós não fizemos ainda foi o apanhado. Vamos providenciar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vamos passar para o Secretário.

O SR. DEMITRI NÓBREGA CRUZ - Olá.

Bom, algumas questões que foram colocadas. Eu estava até tentando agora uma informação mais precisa para passar sobre os dados de orçamento e da situação do plano. A gente sempre trabalhou com a referência do Plano Nacional. A gente entende que o Plano Nacional é satisfatório em relação às diretrizes, mas, evidentemente, é importante trazer para a realidade do Município através de um plano. A gente não está com um plano municipal hoje. A gente entende isso como uma necessidade, e é um processo que a gente tem que compartilhar com o Conselho Municipal, que é a instância responsável.



A gente trabalha com uma dinâmica ativa no Conselho. Dentro do âmbito do Conselho a gente tem uma comissão específica do sistema de garantia de direitos. E está no planejamento do Conselho a perspectiva de aprofundar e atualizar os planos principais. A gente tem um plano de atendimento socioeducativo implementado, em funcionamento, mas o plano de enfrentamento à violência, não. Temos um orçamento específico — eu posso repassar tanto o orçamento quanto a execução. A Rede Aquarela é um programa do Município de Fortaleza, instituído no Plano Plurianual, com lei orçamentária instituída no orçamento do Município. Nós temos uma ação de enfrentamento ao turismo sexual no âmbito da Secretaria de Turismo de Fortaleza, uma ação específica também, com orçamento próprio. E aí a gente se compromete a socializar tanto os dados de valor previsto como de execução orçamentária desses programas. E nós temos, por exemplo, na formatação da nossa política, a retaguarda. E aí foi uma opção metodológica que nós entendemos que é correta e acertada, de não especializarmos a retaguarda, os processos inclusivos das crianças e dos adolescentes. Então, a gente tenta trabalhar para além da rede de políticas públicas, principalmente com a rede educacional, porque é uma rede estratégica nesse processo.

Nós temos programas específicos de retaguarda, um voltado a atividades educativas, que é o programa Crescer com Arte, o outro voltado à área de profissionalização, que é o Adolescente Cidadão, um voltado à área de denúncias, que é o Disque Direitos Humanos, que até pouco tempo atrás era o Disque Direito Criança e Adolescente. Nós temos um Disque Direitos Humanos municipal, 08002850880, que são programas que não são especializados na temática da exploração sexual, mas certamente atendem. Por exemplo, a menina, dependendo da situação dela, da fragilidade, da avaliação individual de cada caso, ela pode vir a ser atendida por um programa, pelo Crescer com Arte, que é um programa de atividades lúdicas educativas, mantido pela SDH, como pode ser incluída no programa de profissionalização.

No ano passado, nós tivemos uma experiência piloto em parceria com a SDH da Presidência da República e com o Instituto Aliança, que foi o Bromélia, que era uma interface de profissionalização para meninas e meninos que sofreram violência sexual, priorizando os casos de exploração.



E a gente tentou pegar o máximo dessa metodologia, principalmente porque eles eram muito felizes num processo de reinserção da menina e do menino no universo produtivo, junto às instituições empresariais, e a gente tentou sugar isso ao máximo, essa experiência metodológica, para a gente incorporar ao Adolescente Cidadão.

Então, assim, os dados da política especializada, que é a Rede Aquarela, que conta com uma unidade de acolhimento própria... Se a gente tem em Fortaleza uma unidade de acolhimento para meninas que sofrem exploração sexual aqui em Fortaleza e trata de seres humanos, o atendimento psicossocial, as redes de articulação territorial, a partir da metodologia do PAIR, e as campanhas que nós realizamos durante o ano, as campanhas para a cidade — porque, além da atuação no território, a gente tem datas em que a gente faz campanhas para a cidade —, a gente tenta trabalhar como política pública permanente, com orçamento próprio. E aí a gente se compromete a repassar essa informação.

Para finalizar, já que eu estou me prolongando muito, eu só queria problematizar um pouco, esclarecer essa questão da relação nossa com o SUAS. A nossa Prefeita Luizianne Lins compreendeu a necessidade de manutenção da política especializada. Apoiamos a política do SUAS, inclusive instituímos a Secretaria Municipal de Assistência Social no nosso governo, no governo da Prefeita Luizianne Lins. Vem-se estruturando a rede SUAS, com a implementação progressiva dos CRAS e dos CREAS no âmbito do Município, mas entendemos que a partir da metodologia anterior do Sentinela era necessário manter uma política especializada. E a gente quer fazer esse diálogo com o SUAS. Na perspectiva de debater e dialoga com o SUAS, algumas especializações são necessárias, que hoje são executadas pela Secretaria de Direitos Humanos, e não pela Secretaria de Assistência, como o caso da exploração sexual, através da Rede Aquarela, e o caso — e às vezes a gente tem até problemas de diálogo, e a gente tem que superar esses problemas, porque a intenção é fazer um investimento maior — da aplicação das medidas socioeducativas. Também temos em Fortaleza uma estrutura especializada em acompanhamento dos adolescentes que cumprem medidas



socioeducativas. Hoje aqui eles não estão incorporados. É um serviço que não está incorporado pelo CREAS, e a gente defende — e quer debater isso nacionalmente — que ele seja um serviço especializado, como a gente pratica em Fortaleza.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Relatora perguntou sobre a questão dos alvarás. Como é uma atribuição da Prefeitura a concessão ou não dos alvarás, nesses locais, se é que houve locais onde foi detectada a questão da exploração sexual, enfim... O senhor pode responder *a posteriori* também.

O SR. DEMITRI NÓBREGA CRUZ - Não, posso responder já, porque aí é um debate que a gente tem que fazer com muito cuidado e com muita tranquilidade. E aí é até um processo em que a gente tenta sempre fazer a interlocução com os parceiros da rede do Sistema de Garantias de Direitos.

A gente não tem como dizer — e aí essa é uma tarefa do Judiciário, a tarefa de dizer direito ou dizer violação de direito — que esse ou aquele estabelecimento ele é um estabelecimento de exploração sexual. Então, assim, o Município, mesmo tendo o desejo de fazer esse enfrentamento, ele não tem o poder de dizer que uma instituição não vai funcionar baseado numa denúncia. Então, assim, é um processo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas ninguém está falando baseado numa denúncia, está falando da constatação de que naqueles locais há uma situação de exploração sexual. Qual é a postura da Prefeitura? Porque cabe à Prefeitura a concessão de alvará.

O SR. DEMITRI NÓBREGA CRUZ - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se naquele local está sendo realizada uma atividade criminosa, e devidamente constatada, obviamente não é uma denúncia.

O SR. DEMITRI NÓBREGA CRUZ - Pois é, é isso o que eu estou colocando. Evidentemente que todo alvará pressupõe a legalidade do estabelecimento. Então, as certidões necessárias à situação de legalidade do estabelecimento são exigidas,



eu acredito, como em qualquer Município: se exige a documentação necessária de regularidade do empreendimento comercial, de regularidade fiscal, de regularidade de funcionamento, urbanística. O que particularmente eu não compreendi é como a gente pode criar um instrumento de regularidade em relação à exploração sexual quando, na verdade, se há uma intervenção, se há constatação, se há atuação judicial na perspectiva de fechar aquele estabelecimento, eu não entendi de fato qual seria... Inclusive a gente está aberto a compreender como isso poderia ser implementado, uma restrição de funcionamento sem que seja averiguado — o Rui está até ali balançando a cabeça, espero que ele esteja concordando comigo —, porque a gente concretamente tem uma dificuldade. E aí eu agradeço se alguém souber alguma solução legal de viabilizar o fechamento de um estabelecimento sem que isso seja através de uma decisão judicial, já que é ao Judiciário que compete a identificação e a constatação do caso de exploração sexual. A gente pode discutir.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, pode-se fazer uma lei municipal, Vereadora, como foi feito no Rio de Janeiro: cassar o alvará de toda casa que tiver... Entendeu? Porque, olha só, é concessão, querido.

O SR. DEMITRI NÓBREGA CRUZ - Mas como é que constata que a casa...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É claro que é constatado. Se você não paga a taxa de incêndio, você não vai lá e lacra o estabelecimento?

O SR. DEMITRI NÓBREGA CRUZ - Certo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Se o estabelecimento não tem uma escada de incêndio para as pessoas saírem, ou alguma coisa assim, ou então também está com problema na saúde pública, vocês não lacram, não vão lá e lacram? Então é a mesma coisa.

O SR. DEMITRI NÓBREGA CRUZ - Porque o Município tem poder de polícia em relação à questão da informação sanitária.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E vocês também têm a mesma coisa com a informação de que ali há também um ponto de exploração sexual, que se estão explorando menores ali também.



O SR. DEMITRI NÓBREGA CRUZ - A gente teria todo o interesse. O que na nossa avaliação existe é uma limitação legal, porque o poder de polícia do Município é restrito a algumas atividades, é uma questão jurídica. Mas, se houver uma forma, a gente tem todo o interesse de implementar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso não é poder de polícia. A concessão do alvará é prerrogativa do Município, não é?

O SR. DEMITRI NÓBREGA CRUZ - É um exercício de poder de polícia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Exatamente, a concessão de alvará. Então, quando há a constatação de que ali existe uma atividade criminosa, como a exploração sexual, é a cassação do alvará. Mas, enfim...

O SR. DEMITRI NÓBREGA CRUZ - Hoje em dia ocorre naturalmente, Deputada. Isso é o que eu quero dizer. Quando um estabelecimento se torna irregular, não precisa de uma lei específica. Se há constatação da atividade irregular, ele já é cassado automaticamente, porque ele já entra numa situação de irregularidade como um todo. É uma leitura. E aí eu quero colocar muito...

Eu estou fazendo um debate bem transparente com vocês. Se houver uma forma de necessidade, o nosso Governo já deu todas as comprovações de que tem interesse em enfrentar essa questão. E se a Câmara puder nos ajudar com essa... Agora, eu não posso — e aí eu vou só criar um fato que judicialmente vai se reverter —, baseado numa denúncia, criar uma forma de fechar o estabelecimento. Não porque eu não queira, eu até queria, mas porque é a questão do efetivo poder de polícia. Mas a gente está aberto inclusive a discutir formas de viabilizar isso. Da nossa parte, é tranquilo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com certeza. Você pode fechar um estabelecimento se ele utilizar decibéis acima do que é permitido, se ele está fazendo barulho depois de determinado horário e também se tiver uma situação de exploração sexual.

Mas, enfim, vou passar para a Vereadora, para que a gente possa ir concluindo a nossa audiência pública.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Olha aqui, fecha igreja por barulho, e não pode fechar um estabelecimento por exploração sexual de criança e adolescente? O que é isso?

A SRA. ELIANA GOMES - Existe o Código de Obras e Posturas, que já coloca que pode sim. Por exemplo, Fortaleza se divide em seis regionais. Cada regional dessas tem uma equipe de fiscais. Então, nós conversamos com as seis regionais e no lado ali da Barra do Ceará nós pedimos. Só que teve uma quebra de sigilo e chegou a todos os comerciantes. E eles foram todos lá para a Câmara fazer ameaças. Por quê? Porque muitos colocam assim: é uma lanchonete, é a casa das tias, a casa das primas. Se você chega lá e você já de cara vê que não tem o extintor, o barulho, tudo isso facilita de cassar o alvará. É uma decisão política. Porque aqui fechar uma boate, um grande restaurante de porte mais elevado, é uma decisão política, entendeu? Porque as pressões virão. As pressões chegaram até à equipe de uma forma de ameaça. Nós tivemos que tirar os pesquisadores da universidade e os coordenadores que trabalhavam na pesquisa exatamente porque todos ficaram sabendo através do pedido que já tinha sido feito. Então, fugiu. A informação vazou. Como se diz assim, é muito claro. E aí nós fomos ameaçados. Mas houve uma *blitz*, viu, Deputados? Nós estivemos na Secretaria de Segurança Pública, conversamos diretamente com o Secretário. Ele envolveu duzentos homens neste dia. Envolveu também a Prefeitura, envolveu vários setores, conselhos tutelares, e houve uma *blitz* na parte da orla. E realmente os locais que a gente entregou mantiveram sigilo e realmente fecharam. Fecharam, e acredito que alguns ainda continuam fechados. Por quê? Porque isso é uma forma de dar à população uma satisfação direta. Porque as pessoas... o próprio Secretário chegou para mim e disse: "*Vereadora, quem dá o alvará? Quem tem poder?*" É o Município.

Então, se não está dentro dos critérios, se você encontra uma menina de 10 anos bebendo, se você encontra lá o aliciador, que está bem próximo, então eu acredito que tem todas as condições de fazer esse trabalho. E é um trabalho eficaz. Porque, aí, nessa *blitz*, foi onde ocorreram algumas prisões. É claro que as fiscais e os fiscais não podem ir sós, tem de haver uma retaguarda de uma... que junta... por isso eu digo que tem de haver ações integradas para esse enfrentamento: federal, estadual e municipal. Aí, sim, vai dar bons resultados.



Eu tenho conversado muito — e o Demitri é sensível a isso — a questão dos conselhos tutelares. Os principais casos ocorrem entre quinta, sexta, sábado e domingo. E os conselhos não tinham plantão. Agora, uma grande vitória: já estão funcionando. Por quê? Porque os principais casos diagnosticados acontecem nos finais de semana. E a própria delegada colocava da importância de haver um conselho de plantão para acolher, para fazer todo um trabalho de humanização.

Com relação aos restaurantes, da mesma forma, restaurantes, boates... Olha, nós ligamos... No diário, nos jornais, às vezes, há anúncios rápidos que dizem assim: *“Você quer encontrar meninos e meninas? Ligue.”* Ai não se sabe quem é a pessoa que colocou. Encontramos um cartãozinho sendo distribuído em alguns locais: *“Você quer encontrar meninos e meninas? Ligue.”* Então, em coisas assim, que estão sendo utilizadas dessa forma, podem ser bem agilizadas, e pode ser feito todo um levantamento de onde está ocorrendo.

E não tenham dúvida, eu tenho colocado isto: nós temos um polo, ali na Barra se concentra o maior polo hoje de exploração. Se as políticas públicas se voltarem para esses polos... Os agentes de saúde, as agentes de saúde entram na casa. Elas são as principais pessoas que dão logo, diretamente, as informações, o que está acontecendo, porque ela conversa com a mãe, com o pai, com a criança. Então, eu penso que, se houver as ações de políticas públicas, uma rede de proteção funcionando, com toda essa estrutura, eu não tenho dúvida de que nós vamos dar bons resultados para as nossas crianças.

Eu não esqueço um relato de uma menina de 10 ou 12 anos, mas ela aparentava ter 10. Ela foi, através de uma outra amiguinha dela, e a amiga dela havia morrido de AIDS. E ela dizia o histórico dela: *“Meu pai abandonou minha mãe porque eu tenho um irmão que é portador de deficiência. E eu sei que estou sendo explorada e sei que vou durar pouco, mas o que eu ganho aqui eu ponho na minha casa, porque a minha mãe vive só da Bolsa Família, porque ela não pode trabalhar.”* Eu acho que, às vezes, a gente culpa muito as nossas crianças. Elas são exploradas brutalmente. Não há por que... *“Ah, porque quer uma boa bolsa.”* O sistema capitalista passa isso mesmo, passa isso mesmo. Quem não quer viver bem, quem não quer ter uma boa bolsa?



Eu acredito que deve estar... Quando as pessoas falam da questão da impunidade, da questão de agilizar os processos, é exatamente porque ficam soltos, passeando nas comunidades. Às vezes, é uma pessoa tão respeitada que fica até difícil, até difícil de ela ter coragem de dizer, porque aquela pessoa é a pessoa mais respeitada da comunidade, é aquela que, quando sai e fecha o seu restaurante, pega o seu carrinho e vai lá para o ponto. Mas, se a criança sozinha for dizer, no outro dia ela está morta. Essa é a realidade aqui, porque, Deputadas, as nossas crianças... A retaguarda, nós não temos uma retaguarda de ameaças, também, às nossas crianças.

Os conselhos, eu visitei quatro anos os conselhos tutelares. As mães chegam e dizem assim: *“Meu filho está sendo ameaçado de morte. Minha filha está sendo ameaçada de morte. Para onde eu mando?”* Ela não consegue, porque daqui que vai agilizar isso, não consegue. Quando volta, o menino é morto ou a menina é morta. Então, a droga aqui — o *crack* e todos os tipos de droga — sempre está nesses arrodeios, sempre! Sempre estão, não tenham dúvida! É fácil encontrar.

E nós entregamos, no nosso relatório, porque acreditamos que o nosso papel, como Parlamentar, é fazer acontecerem as políticas públicas. Agora, a questão de prisão e a questão da investigação e de apurar é do Ministério Público, que vai ser cobrado; é da Defensoria Pública, da Polícia Federal, da Polícia Estadual. Tem que ser apurado, e eles é que têm que fazer esse papel.

E fizemos campanhas educativas, também, nesses locais. Nós fomos, uma tarde, entregando, colocando, entrando e dizendo: *“Olha, é crime!”* Tudo isso foi feito. Teve a outra, e estamos tentando. E teve uma no Grande Bom Jardim, onde também foi uma *blitz* que tiveram o trabalho de juntar; porque é até difícil, quando se tenta juntar todo esse pessoal numa mesa para resolver uma situação como essa, numa *blitz*.

Então, é isso. Eu acredito que temos condições de fazer, e convido as Sras. Deputadas — não sei como estão as agendas — a até irem a alguns desses locais. A Barra está passando por um projeto federal, um projeto grande, do Vila do Mar, mas, se ali não se voltar e não se pautar, porque vai ser integrado com a Grande



Beira Mar, com certeza nós não temos mais como resolver tantos problemas que em 22 locais foram diagnosticados, nesse local...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vereadora...

A SRA. ELIANA GOMES - ... na Barra do Ceará. Fora que os hotéis, hoje, mesmo com aquela plaquinha, pedem a identidade? Não pedem mais. Nós colocamos isso, e foi visto, por um meio de comunicação, que entram livremente.

E ainda há uma questão, Mário Mamede: os turistas compram aquelas barracas, dizem que é para geração de emprego e renda; com o tempo, torna-se uma moradia. E aí começa todo um processo ali no final da Praia do Futuro.

Então, eu sei que o Estado e o Município têm também dado a sua contribuição, mas eu acredito que nós temos muito com o que nos preocupar com a Copa, porque nós nem chegamos a falar nas meninas e nos meninos de rua, que é uma questão muito séria. Elas são exploradas de todas as formas que vocês imaginarem, os meninos e as meninas de rua. Todo o trabalho que o Demitri faz, a Coordenadoria... Mas eu acredito que tem que haver uma ação mais arrojada. Não pode ser só assim, só.... Eu acho que tem de ser uma ação mais eficaz.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vereadora, essa questão dos hotéis, que não têm identificação, nós passamos por isso lá na Paraíba, porque na Paraíba eles não pedem. Eles só pedem a do condutor, do segundo não. E acho que até por isso que — a delegada já foi embora — esse sujeito conseguiu entrar com essas cinco meninas no motel, por causa disso. Eu acho que a fiscalização deveria estar mais assídua nesses locais e exigir que eles cumpram a lei.

Nessa questão que a Vereadora falou, desses 22 pontos, o que a senhora identificou? O trabalho está sendo feito lá? Já se desbaratou? Já foi feita alguma coisa para que essa rede venha a ser...

A SRA. ELIANA GOMES - É, nós entregamos o relatório, solicitamos ao Secretário que realizasse uma *blitz* lá na parte da Barra, tudo...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Polícia e tudo? Todo mundo? Polícia Federal?



A SRA. ELIANA GOMES - Tudo, para caçar os... Nós tentamos ver de uma forma como feita na região, que deu tanto sucesso. Mas a gente acreditando e apostando que poderia ter sido feito um trabalho logo em relação aos alvarás. Mas, como foi quebra de sigilo, aí houve todo um processo muito ruim, muito difícil, porque as ameaças eram na flor da pele. Mas há uma certeza por parte do Secretario de Segurança Pública de ser feita uma *blitz* que não teria data, nem local, nem o dia, mas seria feita.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nesses pontos, eu vou dar uma sugestão — isso foi muito bom, aconteceu quando eu era Vereadora no Rio, lá na CEASA nós colocamos, nos pontos que foram identificados de exploração sexual infantojuvenil: para colocar um ponto de informação naquelas pessoas do conselho tutelar que se estabelecerem ali, e ali ficarem. Vocês desmontarem esses pontos com uma outra rede, a rede do bem.

A SRA. ELIANA GOMES - Exatamente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, levar pessoas para lá, para começar a trabalhar nessa questão, trabalhando com a prevenção nesses locais. Isso aí dá muito certo. Deu muito certo no Rio.

A SRA. ELIANA GOMES - Com relação à idade, elas colocam o seguinte: quanto mais...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Trabalhar em conjunto com a prefeitura.

A SRA. ELIANA GOMES - ... o criminoso, que eu coloco assim, por exemplo, se ele tem uma idade de 60 a 70, ele quer uma idade menor, ele exige que a criança tenha... Quando pega, se for dessa idade, eles querem: *“Olha, traga aí uma menina de 11 anos, 10 anos, 9 anos...”*

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É isso que eu perguntei: por que reduziu? Foi por isso que eu perguntei.

O SR. MÁRIO MAMEDE - Deputada, permite-me só uma breve observação...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pois não.



O SR. MÁRIO MAMEDE - ... nessa discussão das *blitze*? Eu acho que a Vereadora talvez tenha tentado — seguramente uma pessoa atuante. As *blitze* aqui são algo direcionadas. Ou seja, não se faz *blitz* aqui, nem para bafômetro, nas grandes casas de espetáculos, como, por exemplo, Mucuripe, Siará Hall, nas casas de forró, nem as *blitze* para verificação de alcoolemia. Calculem coisas mais aprofundadas!

Outra coisa: talvez a Polícia que faça mais *blitz*, uma das mais atuantes em *blitze*, em ações pontuais, seja a do Estado do Ceará, por um motivo muito simples, eu falei no começo: porque não tem contingente para dar conta do recado. Nós temos um déficit de contingente tanto na Polícia Militar... e temos um déficit de contingente assombroso na Polícia Civil. Como é que se pode entender que, numa situação dessas, se tenha uma Delegacia da Criança que fecha no final do expediente, sábados, domingos e feriados? Por mais que eu enalteça a Delegada Ivana, e devo enaltecer, isso é insuficiente. Então, ações pontuais...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E nós só temos uma Delegacia da Mulher aqui.

O SR. MÁRIO MAMEDE - ... não resolvem a questão. É preciso uma ação integrada. E aí depende de vontade política, depende de determinação política, para manter um processo sistemático de fiscalização, cobrança, flagrante, com flagrantes que sejam legais — e aqui a gente tem autoridades do Judiciário. Os flagrantes em muitas áreas de atividades criminosas, de delitos com drogas, estão sendo feitos pela Polícia Militar, que não autoridade para tal. Por quê? Porque não tem contingente de Polícia Civil.

Então, a nossa situação é muito complexa. Não é uma situação qualquer que se resolva com a *blitz*. Tanto que foi feita a *blitz*, e qual foi o resultado? Quais estão fechadas efetivamente? Aí vai para a liminar, vai para o mandado de segurança, vai para uma série de dispositivos, e depois ficam rindo na cara dos militantes. Ou seja, nós não temos um plano estadual. Fortaleza é um aspecto. Essa questão não se restringe a Fortaleza, nem só à questão do turismo. Nós temos uma clientela autócode, clientela de classe média alta, que sabe onde procurar as prostitutas



jovens, sabe onde procurar os travestis. Isso está diagnosticado pela academia, pela militância, por ONGs.

Então, falta vontade de resolver o problema, porque parte desse problema esbarra em gente alta, seja do *trade* turístico, seja do *trade* hoteleiro. E porque tem participação da Polícia, das duas. Não tem atividade, em Fortaleza, de crime organizado que não tenha a presença de policiais ou ex-policiais.

Agora, é preciso dizer isso e é preciso que as pessoas ouçam, porque a gente fica tocando na periferia do problema e não vai ao cerne da questão. Nós temos um poder paralelo que se estruturou muito bem no Estado do Ceará. Aqui não tinha trabalho infantil, aqui não tinha tráfico de drogas, aqui não tinha tráfico de seres humanos, aqui não tinha prostituição infantil, nada disso tinha. Ou seja, o Governo teve que reconhecer quando a coisa chegou a um patamar.

E as estatísticas são camufladas. Se a senhora quiser saber dos fatos, procure o Dr. Maximiliano, médico que dirige o IML, agora com outra nomeação. Quando levantaram as estatísticas do IML, elas discrepam da Segurança Pública. E aí como é que você trabalha, se o próprio Estado camufla as suas estatísticas? É preciso... A complexidade está lá. Não é tão pequena, não, é grande. O mercado de drogas é feito quase que abertamente aqui. Nós temos um tele-entrega de drogas...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Teledrogas. Eles entregam em casa, não é?

O SR. MÁRIO MAMEDE - Entregam em casa.

A SRA. ELIANA GOMES - É isso mesmo.

O SR. MÁRIO MAMEDE - Foi pega em flagrante uma pessoa importante levando droga para uma boate. O que aconteceu? Caiu o Secretário, caiu o delegado.

O SR. DEMITRI NOBRE CRUZ - Só para relatar essa questão das intervenções, eu estava aqui falando e aí eu cometi um "sincericídio", porque de fato, concordando um pouco com o Mário, a eficiência dessas medidas administrativas é bastante restrita. Mas, evidentemente, queremos usar todas as ferramentas



possíveis para enfrentar a violência. Inclusive a gente tem feito, embora com as limitações das ações, algumas *blitze* conjuntas do enfrentamento. Agora, evidentemente, a nossa preocupação é delimitar muito claramente de quem são os papéis. Ou seja, a gente precisa ser cobrado, demandado, exigido muito fortemente das ações de proteção social, que é a competência municipal. E a gente está aberto. A gente não tem um sistema perfeito. A gente tem as nossas fragilidades e dificuldades, mas a gente está buscando permanentemente melhorar. E a gente quer contribuir com os mecanismos, como a gente já contribui com depoimento especial na DCECA, na 12ª Vara, como a gente já contribui com o Disque Direitos Humanos, mas é preciso entender que a ação repressiva é essencialmente uma ação do sistema de justiça e segurança. Então, no momento em que a gente é demandado, é provocado acerca de uma ação mais enérgica da fiscalização administrativa nos estabelecimentos, o que eu quis colocar, e talvez tenha colocado de forma equivocada, é que há limitações nesse poder de limitação do Município. Eu posso intervir num bordel porque ele está com o som alto, porque ele está cometendo alguma infração sanitária ou administrativa, mas pela questão da exploração propriamente dita nós acabamos ficando dependentes da constatação do fato em si. A gente coloca para não funcionar, mas no outro dia volta a funcionar por medida judicial, porque se torna uma ação sem suporte legal. É só essa preocupação.

A SRA. ELIANA GOMES - Eu vou ter que sair, mas digo o seguinte: eu acredito muito nessa questão de sentarem Estado, Município e Governo Federal, e sociedade civil organizada, em torno de uma só bandeira. Eu acredito que todos têm responsabilidade, todos. A sociedade tem feito seu papel. As casas legislativas têm que fazer o seu papel. O Executivo tem que dar resposta. Tem que haver ações integradas. Eu acredito que só assim nós vamos... Eu acredito que é possível, Mário. Eu acredito que é possível. Nós temos hoje uma Presidenta que tem essa sensibilidade, a Presidenta Dilma. Eu acredito que as políticas municipais e estaduais podem fazer um trabalho integrado, fortalecer o fórum de enfrentamento, um fórum que também tem debatido muito; e nós, Parlamentares, em todos os sentidos, o que depender do esforço que nós temos feito nessa expectativa. Agora,



uma das coisas: Estado e Prefeitura, acho que todos têm que sentar, debater e tirar encaminhamentos concretos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você pode se identificar por favor?

O SR. RUI AGUIAR RODRIGUES - Sim, pois não.

Boa tarde a todos.

Rui Aguiar. Eu sou gestor de programas do escritório do UNICEF aqui em Fortaleza. O UNICEF vem acompanhando, há pelo menos 15 anos, os trabalhos da sociedade civil no combate à exploração sexual não só em Fortaleza, mas no Ceará. Queria fazer só duas ou três recomendações para vocês, Sras. Deputadas, pensem um pouco.

Em primeiro lugar, nesta rodada pelo Brasil, verificar que sistemas de acompanhamento, de monitoramento de informações temos. Esta é uma das grandes dificuldades que a gente tem encontrado, saber, de fato, qual é o número de crianças. Nós temos muita informação sobre denúncia, temos alguma informação sobre os casos de responsabilização, mas a gente não tem uma noção clara de quantos são os casos, nem em Fortaleza, nem no interior do Estado, onde também é grave a situação. O UNICEF fez, com a universidade estadual, há cerca de 6 anos, uma pesquisa muito profunda sobre a situação da exploração sexual em Fortaleza e no interior do Estado, tipificando como eram os crimes.

As BRs representam ameaças muito grandes às crianças e adolescentes. Talvez fosse algo que vocês pudessem aprofundar um pouco mais não só nas Capitais, mas também como a exploração está acontecendo nos Municípios de pequeno, médio e grande porte. Em todos os Municípios é disseminada a prática.

Outra coisa são as abordagens feitas. Como é que se trabalham essas crianças no sistema de retaguarda? Eu acho que é importante a CPI investigar a qualidade do atendimento, a efetividade do atendimento.



Nós, infelizmente, não temos muito o que comemorar. A sociedade civil, hoje, está descapitalizada. O nível de financiamento do poder público para as ONGs é muito baixo. Nós estamos numa fase de transição bastante importante de implantação do Sistema Único de Assistência Social, e, enquanto esse sistema não estiver plenamente implantado, há falta de financiamento para as ONGs.

Aqui em Fortaleza existe um grupo de ONGs que se reúne em torno do fórum de combate à exploração sexual e em torno da equipe, um grupo de 15 ONGs com abordagem de rua. Eu acho que valeria a pena consultar e ver como esse pessoal trabalha. A informação que a gente tem é que eles trabalham com riscos de vida muito graves, com uma carreira muito curta. São desprotegidos socialmente. E se, neste momento, dentro do Congresso Nacional, há uma discussão sobre a regulamentação da figura do educador social, esse me parece um ponto muito importante para ser discutido pela CPI nesse momento de se montar uma retaguarda. Sem a regulamentação da figura do educador social, não dá para a gente avançar também.

Outra coisa são os serviços especializados de psicologia, de assistência social, de terapia, de uma série de ações que a gente não tem muito bem mapeadas. Não temos uma política nacional de formação nessa área.

Então, pontos para vocês imaginarem, refletirem, levarem e discutirem em outros lugares do País, mas que, talvez, ainda dê tempo, amanhã ou depois, em Fortaleza, ouvir um pouco mais a sociedade civil.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós estamos trabalhando nessa perspectiva. Nós estamos trabalhando, primeiro, na questão da incidência. As BRs têm um bom levantamento da Polícia Rodoviária Federal, que nós inclusive já levamos para a Câmara. Já fizemos a atualização dos mapas, ou dos pontos de vulnerabilidade. A Polícia Rodoviária Federal resgatou mais de 3 mil crianças e adolescentes nos últimos 7 anos. Entretanto, é preciso que haja um atendimento de políticas públicas, outro aspecto que nós estamos trabalhando.



Nós estamos trabalhando, primeiro, com a necessidade, com o mapeamento de consolidação de dados, porque os dados que nós temos hoje são dados... Não tem sistematização. O CIP, via de regra, não funciona, os conselhos tutelares. Era importante que nós tivéssemos o CIP funcionando, porque dá qualidade ao atendimento, e você faz diagnóstico de violação, o que possibilita uma atuação mais efetiva das políticas públicas. Então, nós estamos trabalhando...

Tem duas bases de dados, que é a Polícia Rodoviária Federal, do ponto de vista das BRs, e o Disque 100. São os dados que temos, e nós estamos buscando consolidar esses dados. Por isso, nós remetemos para cá, para a delegacia especializada, para a Secretaria de Segurança, para o Governador do Estado os dados necessários. Poder Judiciário e Ministério Público também. Nós remetemos para esses três Poderes quais são os dados que se tem.

Nós temos dados precários e não vamos ter, ainda que com a prorrogação do período de funcionamento da CPI, como consolidá-los. Vamos apenas atestar a necessidade de termos uma base de dados que seja mais integrada inclusive, que a Polícia Rodoviária Federal possa dialogar com o Disque 100, que possa dialogar com o Ministério Público, que possa dialogar com o Poder Judiciário e com a Secretaria de Segurança de cada unidade e dos conselhos tutelares. Que se possa ter uma base de dados, que é o que estamos chegando à conclusão de que é necessário, porque temos estudos de academia, fragmentados — são sempre fragmentados — trabalhos de CPI, como a que aconteceu com muita qualidade aqui, as CPIs municipais e estaduais, mas são fragmentados.

O segundo aspecto, é que nós estamos trabalhando onde tem plano de enfrentamento ou não tem, porque não se trabalha isso só com a política. As políticas são faltantes também. Elas têm que ser articuladas, porque os direitos são articulados, são interrelacionados e indivisíveis. As políticas que asseguram os direitos têm que seguir a mesma lógica. Então, isso não é responsabilidade só da assistência social, nem responsabilidade só da saúde, nem da educação, nem da segurança. Enfim, tem que haver uma articulação, e a forma de fazê-lo, eu louvo que haja um conselho gestor, um comitê gestor, ou coisa que o valha. Tem que ter plano. O comitê gestor não funciona apenas porque você dialoga entre as políticas,



é preciso que haja um plano com responsáveis, com prazos. Obviamente, têm que ser elaborados, para que sejam reais e de qualidade com a sociedade civil.

É preciso aumentar o controle social. Os conselhos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, via de regra, não funcionam como deveriam funcionar. Eles não têm o poder de fiscalização, não têm autonomia. Muitas vezes, a própria sociedade civil que ali está respeitada... São entidades de execução de políticas que recebem recursos para executar políticas, sejam creches ou coisas que o valha. Aí, você tem um nível de comprometimento da independência dos conselhos.

Não estou dizendo que esse é o quadro daqui, mas é uma realidade que se vê. O Estado não prioriza os conselhos. Ele encaminha as pessoas que estão ali sem ter uma preocupação e sem inclusive ter um retorno da atuação dos seus representantes no próprio conselho. Dá a impressão de que é uma obrigação estar encaminhando, e encaminha sem que tenha preocupação.

Então, é preciso reforçar os conselhos, os conselhos de defesa do direito, particularmente, os conselhos estaduais, que têm uma dimensão de atuação. Eu concordo com o Demitri: nós temos uma atuação do Estado que tem uma amplitude maior do que as atuações municipais. Nós não queremos aqui dizer que é responsabilidade do Município, ou que não é sua responsabilidade, e nós aqui reconhecemos publicamente o esforço do Município. Vimos isso na vara. Os profissionais que estão ali são cedidos do Município; vimos isso na delegacia. Enfim, nós reconhecemos o esforço do Município nesse processo de enfrentamento.

Portanto, base de dados. Nós não vamos concluir isso na CPI, mas vamos apontar a necessidade de integralizar essa base e essa discussão.

A questão das políticas de atendimento não tem sentido. Não tem sentido, porque nós vimos lá na Paraíba que, de centenas — eu não lembro o número certo —, de 200 casos de violação, nós tivemos 15 encaminhamento para o CREAS. E nós não sabemos nem qual é a qualidade desse atendimento no CREAS.

Portanto, é preciso ter um plano. E a ideia da Vereadora acho que é uma boa ideia: se tem 22 pontos na Barra do Ceará, por que é que nós não fazemos uma atuação ali, integrada, articulada nas várias esferas, com as várias políticas públicas,



para que mostre que é possível fazer esse resgate. São as políticas públicas, e o atendimento dessa criança.

Nós vimos lá no Rio Grande do Norte uma menina que estava prestando o primeiro depoimento na Delegacia, depois de 2 anos da denúncia. Então, você tem... Além disso é uma (*ininteligível*). Essa menina está devorada por um processo de (*ininteligível*). Nós vimos na Paraíba uma menina que tem 2 anos que houve a denúncia e hoje ela está com 13 anos, e ela dizia assim: “*A minha vida acabou, porque eu nunca vou casar. Nenhum um homem vai me querer, por que eu fui vítima...*” Era uma coisa tão doída, vinha lá de dentro.

Essa menina nunca teve atendimento terapêutico. O depoimento dela foi acompanhado por psicólogos, mas ela não está tendo atendimento. Ela tem que ressignificar a vida, senão ela vai ficar constatando a violência que sofreu e vai entrar num processo de corrosão da autoestima que é muito violento e muito desestruturante.

Portanto, nós temos a preocupação com o atendimento das vítimas. Nós achamos que é importante o Disque 100. Ele tem aumentado o número de denúncias, porque, é sintomático, significa que a sociedade não compactua mais, que a sociedade se sente responsável pelas crianças e adolescentes. É muito bom. Mas nós estamos discutindo com o Governo Federal o que acontece depois da denúncia, onde está o atendimento a essa menina e qual o nível de responsabilização.

A outra coisa que você pontuava, que realmente a gente vai ter que considerar e incluir na agenda da CPI, é a questão da proteção. Eu estou muito impactada com o fato de ter 12 pessoas sendo assassinadas em função de uma denúncia de exploração sexual aqui na cidade de Milagres. Isso não é qualquer coisa. É absolutamente inadmissível.

Nós precisamos de um sistema... Aí sim, é uma retaguarda para os defensores de direito, para os conselheiros tutelares. Mas nós vamos ver muitos casos: o educador que não denuncia porque o agressor está do lado da casa dele, sabe que ele vai renunciar, e ele se sente inseguro.



Nós tivemos em Brasília, por exemplo, um diretor de escola que foi assassinado porque denunciou o esquema de tráfico. Enfrentou o esquema de tráfico dentro da escola, foi assassinado. Um dos melhores educadores que a sociedade brasiliense produziu foi assassinado. E nós temos dois educadores que veem a violação dos direitos, que não têm dúvida de que a criança está sofrendo abuso sexual dentro de casa, e não têm coragem porque não tem retaguarda.

Então, é preciso dar retaguarda para os defensores dos direitos. Há um programa nacional, mas ainda não atinge esse nível de amplitude. Porque é preciso dar retaguarda para o conselheiro tutelar, dar retaguarda para o educador, para o profissional saúde, que seja, mas para os defensores do direito. Já existe o programa. Ele precisa ser implementado.

Estamos absolutamente de acordo com os eixos que você desenvolveu. Dois deles, nós já trabalhamos com eles. Esse da retaguarda para a sociedade civil é absolutamente fundamental, senão você mergulha na impunidade e não consegue mais trabalhar com isso. São coisas que nós vamos discutir e que vamos sugerir para além do fenômeno. O fenômeno não é mais contestado. Todos sabem que há exploração sexual e abuso sexual, enfim.

Alguém mais quer fazer o uso da palavra, para a gente encerrar a nossa reunião?

O SR. DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO - Eu quero só entregar alguns documentos que foram indagações ao Tribunal de Justiça do Ceará, documentos enviados para o Ministério Público, na pessoa do Dr. Ricardo, que tem realmente demonstrado um interesse muito grande em levar adiante essa questão. São vários processos do Prefeito de Milagres, todos eles parados.

O que eu queria chamar a atenção, na entrega do documento à Sra. Deputada Erika Kokay e à Deputada Liliam, é que no Estado é uma situação aguda que existe hoje. Como há boatos, em função desses acontecimentos recentes, de que ele poderá não ser candidato ou que ele poderá ser levado a julgamento, ou seja, não deixarmos que o crime prescreva, o crime do caso Fabrício chamado. Ele tem emanado recados para as pessoas que resistem localmente e agredido inclusive, por extensão, os militantes e a própria Comissão de Direitos Humanos,



dizendo que, se ele não for candidato, vai matar uns três. Esse recado tem endereço certo. Uma das pessoas é a senhora Joana Célia, que já teve um filho morto numa simulação de acidente. Foi a primeira vítima de uma sequência de mortes misteriosas.

Então, há hoje um estado de sítio, em que as pessoas que não estão cabisbaixas aos mandos de Elosman, que não são subservientes a ele, que não vivem dos favores deles, que fazem alguma resistência ética ou política àquela situação, não saem mais de casa em Milagres. As pessoas não circulam na sua própria cidade, a partir de 7 horas, 8 horas da noite, além dos recados que são mandados para essas pessoas.

Então, eu queria entregar à Deputada e dizer que o Deputado Luiz Couto, que esteve em Milagres, conhece muito bem essa situação, como também Percílio de Souza, da OAB Federal, que esteve aqui agora, como também em Milagres e conhece profundamente esse estado de coisas lamentáveis.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Recebemos as denúncias. Vamos analisá-las e ver que procedimentos podem ser adotados, para que nós possamos fazer a reversão dessa situação.

Eu gostaria de agradecer imensamente a todos e a todas que participaram desta audiência. Eu gostaria de agradecer à Deputada Bethrose, à Deputada Fernanda Pessoa, à Deputada Patrícia Saboya, à Deputada Tânia Gurgel, à Dra. Maria Ilina Lima de Castro, que está conosco aqui, ao Mário Mamede, à Eliana Gomes, nossa Vereadora, ao Demitri Nóbrega Cruz, à Ivana Maria Timbó Pinto e ao Maximiano Leite Barbosa Chaves; e agradecer muito a presença ao Deputado João Ananias, ao Deputado José Linhares, à Deputada Gorete Pereira, à Deputada Liliam Sá, que é Relatora desta CPI; e agradecer muito aos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a acolhida, a eficiência, com que puderam nos auxiliar nos trabalhos do dia de hoje, e também aos servidores da Câmara Federal que estão aqui conosco.

Agradecendo a todas e todos, eu informo que a CPI retornará aos seus trabalhos após o recesso, no mês de agosto. Estaremos divulgando, no momento correto, o dia da próxima reunião da CPI. Acolhemos as sugestões que aqui foram



emanadas. Quero parabenizar pelo trabalho, dizer que, de toda sorte, a gente tem uma situação que é extremamente dramática, mas na qual temos uma série de sujeitos que estão dispostos a fazer esse enfrentamento e uma série de entidades que estão fazendo esse enfrentamento diuturnamente, o que nos enche de alegria.

Declaro encerrada a presente audiência pública.